

**DETERMINANTES DO CONSUMO DE FAMÍLIAS COM
IDOSOS E SEM IDOSOS COM BASE NA PESQUISA DE
ORÇAMENTOS FAMILIARES 1995/96**

ALEXANDRE NUNES DE ALMEIDA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração : Economia Aplicada

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Setembro – 2002

**DETERMINANTES DO CONSUMO DE FAMÍLIAS COM
IDOSOS E SEM IDOSOS COM BASE NA PESQUISA DE
ORÇAMENTOS FAMILIARES 1995/96**

ALEXANDRE NUNES DE ALMEIDA

Engenheiro Agrônomo

Orientador: Profa. Dra. **ANA LÚCIA KASSOUF**

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
Setembro – 2002

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - ESALQ/USP

Almeida, Alexandre Nunes de

Determinantes do consumo de famílias com idosos e sem idosos com base na pesquisa de orçamentos familiares 1995/96 / Alexandre Nunes de Almeida. - - Piracicaba, 2002.

94 p.

Dissertação (mestrado) - - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2002.

Bibliografia.

1. Determinante 2. Idoso 3. Orçamento doméstico 4. Renda familiar I.
Título

CDD 338.13

“Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor”

Aos **MEUS PAIS**,
Paulo e Rose e a minha irmã Paula.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, CNPQ e CEPEA/ESALQ/USP.

A minha orientadora e professora Ana Lúcia Kassouf pela sua compreensão e total apoio durante o desenvolvimento da minha dissertação. Agradeço também pelos seus ensinamentos técnicos com seu talento profissional e a ser sempre objetiva diante dos desafios.

Agradeço também ao Professor Geraldo Sant'ana de Camargo Barros por todo seu apoio, amizade e grande incentivo na minha jornada profissional.

Aos professores Pedro Carvalho Mello, Mirian Rumenos Piedade Bacchi do DEAS e a Rosana Baeniger da Unicamp pelos valiosos comentários que fizeram durante o exame de qualificação.

Aos outros professores do Departamento de Economia, Sociologia e Administração da ESALQ/USP, pelos ensinamentos. Em especial agradeço ao professor Pedro Marques e ao professor Ricardo Shirota.

Agradeço aos meus companheiros de convívio diário no CEPEA/ESALQ/USP, Sérgio, Margarete, Vânia, Mauro, Augusto, Leandro, Thiaguinho, Mauricio, Luciane e Ana Paula.

Aos funcionários do Departamento de Economia, Sociologia e Administração da ESALQ/USP, Maielle, Cristiane, Helena, Márcia, Pedro, Elenice, Maria Helena, Valdeci e Luciane (Lú).

Ao funcionário Álvaro, estagiários da Biblioteca Erico da Rocha Nobre e Ligiana pela normalização deste trabalho.

Aos funcionários do IBGE do Rio de Janeiro que coordenam a Pesquisa de Orçamentos Familiares pelos esclarecimentos com relação a POF e disponibilização das receitas do programa SAS.

Aos professores Kaizô Beltrão da ENCE/IBGE e Ana Amélia Camarano do Ipea pelo apoio com o fornecimento do software 'MAPS' e informações bibliográficas no início da dissertação, respectivamente.

Aos meus grandes amigos da pós-graduação, em especial Ricardinho, Cadu, Casimiro, Estevão, Dilson, Magri, Paulo Martins, Carlinha, Arizão, Rogério, Patrick, Cleiton, Mário Margarido, Marcão, Paulão, Lucílio, Juscemar, Joaquim, Fabião, Vitor e muitos outros, pelo respeito, discussões, momentos de alegria e companheirismo.

SUMÁRIO

	Página
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE TABELAS	ix
RESUMO.....	xi
SUMMARY.....	xiii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Importância e justificativa.....	1
1.2 Enfoque proposto.....	5
1.3 Objetivos.....	5
1.4 Organização do Estudo.....	6
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	7
2.1 Conceituando o idoso e o processo de transição demográfica que está resultando no envelhecimento populacional.....	7
2.2 As principais fontes de renda dos idosos.....	18
2.3 A importância do idoso dentro da família.....	22
2.4 A previdência social e o idoso.....	25
3 MATERIAL E MÉTODOS	29
3.1 A pesquisa de orçamentos familiares 1995/1996.....	29
3.2 O universo da análise.....	30

3.3 Modelo Proposto.....	31
3.3.1 Efeitos Marginais.....	32
4 ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS	33
4.1 Origem da renda dos idosos.....	33
4.1.1 Renda mensal.....	33
4.1.2 Movimentação de ativos financeiros.....	38
4.2 As despesas dos idosos nas áreas de pesquisa da POF 1995/96.....	41
4.3 Comparação das despesas das famílias com idosos e famílias sem idosos nas áreas de pesquisa da POF 1995/96.....	45
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	48
5.1 Espaço amostral e determinação das variáveis.....	48
5.2 O modelo e seus resultados.....	52
5.2.1 A variável renda <i>per capita</i>	52
5.2.2 A variável tamanho da família.....	53
5.2.3 As variáveis faixas etárias.....	53
5.2.4 A variável trabalho do chefe.....	56
5.2.5 As variáveis escolaridade dos chefes.....	57
5.2.6 A localização geográfica das famílias.....	58
6 CONCLUSÕES.....	63
ANEXOS.....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

LISTA DE FIGURAS

		Página
1	Pirâmide etária urbana para mulheres e homens em 1995.....	9
2	Pirâmide etária urbana para mulheres e homens em 2025.....	10
3	Evolução da esperança de vida para o Canadá, Estados Unidos, Europa, Japão, Índia, Botswana, Mundo e Brasil até o período de 2045-2050.....	11
4	Esperança de vida ao nascer, observada e projetada, urbana e rural para homens e mulheres de 1990 a 2030..	13
5	Evolução da taxa de fecundidade para o Canadá, Estados Unidos, Europa, Japão, Índia, Nigéria, Mundo e Brasil até o período de 2045-2050.....	14
6	Taxa de fecundidade total para a população urbana e rural no período de 1990 a 2030.....	15
7	Razão de dependência, idosos, por sexo (população com mais de 60 anos) para homens, mulheres e total no período de 1990 a 2030.....	17
8	Evolução da renda familiar <i>per capita</i> média segundo a idade para as áreas de pesquisa da POF referente às quatro regiões brasileiras.....	41

LISTA DE TABELAS

		Página
1	Evolução da esperança de vida ao nascer para alguns países da América Latina.....	12
2	Distribuição percentual da posição do idoso no domicílio com relação as três faixas etárias segundo o sexo para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.....	31
3	Distribuição (%) do recebimento mensal de pessoas idosas (mais de 60 anos) para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.....	34
4	Distribuição percentual segundo a origem do recebimento mensal dos idosos conforme a faixa etária (60-64, 65-69 e 70 e mais) para todas as áreas de pesquisa da POF 1995/96.....	37
5	Distribuição (%) de ativos financeiros (poupança, fundos, ações e outros) dos homens e das mulheres (mais de 60 anos) para as áreas de pesquisa da POF 1995/96 de acordo com a faixa salarial.....	39
6	Distribuição (%) de ativos financeiros (poupança, fundos, ações e outros) em três faixas etárias (60 a 64 anos, 65 – 69 anos e 70 ou mais) de acordo com o sexo para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.....	39

7	Distribuição percentual de despesas dos homens e mulheres (mais de 60 anos) segundo a classe de rendimentos para as áreas de pesquisa da POF 1995/96..	43
8	Distribuição percentual das despesas das famílias que possuem idosos e das que não possuem idosos, segundo as áreas de pesquisa das POF 1995/96.....	46
9	Média e desvio-padrão das variáveis.....	51
10	Efeitos marginais da regressão de lógites para famílias com idosos.....	61
11	Efeitos marginais da regressão de lógites para famílias sem idosos.....	62

DETERMINANTES DO CONSUMO DE FAMÍLIAS COM IDOSOS E SEM IDOSOS COM BASE NA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 1995/96

Autor: ALEXANDRE NUNES DE ALMEIDA

Orientador: Profa. Dra. ANA LÚCIA KASSOUF

RESUMO

Com o aumento no número de pessoas idosas devido ao aumento da expectativa de vida e diminuição das taxas de natalidade, esse trabalho partiu da hipótese de que o idoso, além de apresentar uma forte demanda por cuidados médicos, também têm uma demanda crescente por outros tipos de bens e serviços, como, por exemplo, cosméticos e viagens. Ademais, a importância desse grupo, com sua renda mais estável oriunda dos benefícios da seguridade social e uso de ativos ou bens acumulados, altera de forma significativa a estrutura de consumo da família na qual pertence, criando uma forte relação de interdependência com os filhos e netos. O objetivo principal do presente trabalho foi analisar, através de alguns determinantes sócio-econômicos, o comportamento de consumo das famílias com idosos chefes e famílias que não apresentavam nenhum indivíduo com mais de 60 anos, nas principais áreas metropolitanas brasileiras, Distrito Federal e Goiânia. A base de dados utilizada corresponde a Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/96

do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Inicialmente, na revisão de literatura, foram mencionados os principais aspectos demográficos que estão causando o envelhecimento populacional, assim como a importância do idoso na família e algumas considerações sobre as políticas previdenciárias que melhoram a vida dessas pessoas e de seus dependentes. Através da análise de estatística descritiva dos dados, observou-se que a aposentadoria representa a maior parte dos rendimentos dos idosos. No entanto, também existem parcelas significativas da renda que são provenientes do trabalho na condição de empregado e de conta-própria. Constatou-se que os dispêndios com medicamentos, serviços de saúde, despesas pessoais, roupas, alimentação fora de casa, comunicação e transporte, ocupam parcelas substanciais no consumo individual dos idosos e de suas famílias. Observou-se também que a renda mensal *per capita* de famílias que possuem idosos chefe é de aproximadamente 200 reais a mais do que de famílias que não possuem idoso. Posteriormente, utilizando o modelo lógite, foi possível mostrar que as variáveis: renda *per capita* familiar, idade, chefe que trabalha, escolaridade do chefe e localização geográfica da família, explicaram satisfatoriamente a probabilidade de consumir das famílias com idosos e famílias sem idosos, para os seguintes agregados de consumo: produtos farmacêuticos, serviços de assistência à saúde, despesas pessoais, fumo e seus derivados, roupas, viagens, lazer, comunicação e transporte. Entre os resultados mais importantes pode-se constatar que: a medida que os indivíduos envelhecem aumenta a demanda por cuidados médicos; não existem diferenças significativas de consumo entre os chefes idosos e não-idosos que trabalham; quanto maior a escolaridade dos chefes idosos e não-idosos maior é a probabilidade de consumo da maioria dos bens e serviços analisados; as famílias idosas e não-idosas residentes na área metropolitana de São Paulo apresentam menor probabilidade de dispendir com bens e serviços de saúde e maior probabilidade de dispendir com comunicação e transporte, com relação as outras áreas de pesquisa da POF.

**DETERMINANTS OF CONSUMPTION FROM FAMILIES
WITH AND WITHOUT ELDERLY BASEAD ON A
HOUSEHOLD BUDGET SURVEY 1995/96**

Author: ALEXANDRE NUNES DE ALMEIDA

Adviser: Profa. Dra. ANA LÚCIA KASSOUF

SUMMARY

As the number of elderly people increase, mainly due to life expectancy increases and birthrate decreases, this study supports the hypothesis that the elderly, besides showing a high demand for medical care, also presents an increasing demand for other types of goods and services, such as, cosmetics and travel. Besides, the importance of this group, with a more stable income deriving from pensions of social security and the use of assets or accumulated goods, alters significantly the family consumption structure to which they belong, generating a strong relation of interdependence with their sons and grandchildren. The main goal of this study was to analyze, through some social-economic determinants, the family consumption behavior of families having elderly as the head of the family and families which showed no individual over 60 years old, in the most important metropolitan Brazilian cities, Federal District and Goiânia. The used database corresponds to the Household Budget Survey 1995/96 from IBGE (The Brazilian Geographical and Statistical Institute). Initially, in the literature review, it was mentioned the main demographic aspects which are causing the population to age, as well as

the importance of the elderly in the family and some considerations about the social security policies which have improved the life conditions of these people and their dependents. Through the analysis of descriptive statistics, it was observed that retirement represents a major part of income for the elderly. However, there are also significant income parts coming from formal jobs and self-employment. It was noticed that the expenses on medicines, health assistance, personal expenses, clothing, eating out, communication and transportation, take up important parts of the consumption of the elderly and their families. It was noticed that monthly income *per capita* from families whose head is the elderly is approximately R\$200,00 more than those which do not have an elderly. Later, using the Logit model, it was possible to show the variables: family *per capita* income, age, head working out of his house, school background of the head of the family, and geographical location of the family, explained satisfactorily the consumption probability of families having elderly and not having elderly, for the following consumption aggregates: pharmaceutical products, health service assistance, personal expenses, cigarette smoking and its derivatives, clothing, traveling, leisure, communication and transportation. Among the most important results it is possible to conclude that: the demand for medical assistance increases, not having significant differences in consumption between elderly heads of families and non-elderly heads of family which work outside of the house, more years in school increases consumption probability for most of the goods and services analyzed. The elderly families and non-elderly residing in the metropolitan area of São Paulo showed smaller probability of spending on goods and health services, higher probability of spending on communication and transportation, compared to the other areas of study of household budget survey 1995/96.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Importância e justificativa

Ocorre, de forma muito significativa, o crescimento do número de pessoas mais velhas, principalmente idosos, com relação aos jovens e crianças. As causas observadas deste fenômeno chamado de transição demográfica, correspondem aos resultados de duas importantes e principais variáveis: o aumento da esperança de vida refletida, principalmente, pelo avanço da ciência médica e melhoria de acesso aos serviços de saúde e a diminuição das taxas de natalidade devido ao crescente uso de métodos anticoncepcionais e à conscientização das famílias diante das dificuldades financeiras encontradas, instabilidade de emprego etc. (Saad, 1990; Moreira & Carvalho, 1992; e Camarano et al., 1999).

Nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional vem ocorrendo de forma bastante lenta desde o final do século XIX (Prata, 1990). Em 1900, nos Estados Unidos, apenas 4% da população possuía mais de 65 anos. Já em 1980, esse número correspondia a 11%. Esse crescimento vem provocando grande impacto na sociedade, sobretudo no que se refere ao suporte destinado a essas pessoas, quer em programas sociais, como a previdência social, quer em políticas públicas que atendam à demanda por saúde (Hurd, 1990). Na Europa, estima-se que a porcentagem de pessoas com mais de 65 anos passará de 14,4% do total, em 1990, para 20,2% em 2020 (Tsakloglou, 1996).

Segundo Marangone Camargo (1988), Prata (1990) e Bloom et al., (2001), nos países em desenvolvimento, como os que estão na América Latina e Leste da Ásia, o processo de transição demográfica que resulta no envelhecimento iniciou-se de forma bastante gradativa em meados da década

de 60, como por exemplo, através de uma queda significativa das taxas de fecundidade.

Atualmente, o Brasil vem apresentando um dos mais rápidos envelhecimentos demográficos comparado a outros países da América Latina. De acordo com as projeções feitas pelas Nações Unidas, entre 1950 e 2050, as taxas de crescimento das pessoas com mais de 60 anos, no Brasil, só estarão sendo superadas pelas da Venezuela (Moreira, 2000). Ademais, a ONU estima que o Brasil ocupará, em 2050, o quinto lugar no ranking dos países com pessoas acima dos 60 anos, ficando atrás da China, Índia, Estados Unidos e da Indonésia no mesmo período (Guidugli, 2000). Segundo o IBGE, o Brasil fechou a década de 90 com 14,5 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa, 9,1% da população. Em 1940, essa estimativa era de 4% (Camarano & Medeiros, 1999).

O envelhecimento está ocorrendo na maioria dos países. Contudo, algumas exceções estão sendo observadas nos países do continente africano, devido à trágica dizimação populacional causada pelo avanço da AIDS iniciada durante a década de 90¹. Bloom et al., (2001) também descrevem que na África ainda se observam altas taxas de fecundidade.

Justificado brevemente o dinamismo populacional observado nos últimos 50 anos, o presente estudo pretende dar um enfoque econômico a esse novo contingente de pessoas idosas, que será analisado, principalmente, através do seu dispêndio não-alimentar² e de seus familiares. Pretende-se, também, verificar se o consumo com “bens e serviços” das famílias que apresentam idoso difere do daquelas que não têm velhos.

A hipótese principal que norteia este trabalho é a importância econômica da renda do idoso no contexto familiar. Supõe-se que os benefícios previdenciários, assim como os ativos acumulados durante a vida, propiciam uma renda mais estável ao idoso e, com isso, o poder de consumo de toda sua

¹ Ademais, segundo a United Nations (2001), a falta de políticas adequadas de prevenção e as péssimas condições de saúde também tem conduzido a uma reversão da esperança de vida, principalmente na África Sub-saariana, registrando-se apenas 46 anos para os homens e 45 anos para as mulheres.

² Serão incluídas apenas as despesas alimentícias realizadas fora do domicílio.

família pode estar fortemente dependente da sua renda individual, principalmente nas famílias mais carentes. Ademais, espera-se que os gastos com bens e serviços de saúde dos idosos sejam superiores aos dos não-idosos devido às doenças crônico-degenerativas dessa faixa etária.

Barros et al. (1999), analisando os dados da PNAD de 1997, concluíram que a renda média dos idosos é, em geral, mais elevada que a renda *per capita* dos domicílios aos quais pertencem, e por isso, a sua presença tem um impacto positivo na redução da pobreza da família.

Na literatura internacional, os primeiros trabalhos sobre aspectos econômicos decorrentes das transformações demográficas, abordando as pessoas com mais de 60 anos, surgiram no final dos anos 70 (Hurd, 1990). No Brasil, o aparecimento de trabalhos científicos ocorreu no final da década de 80 e início dos anos 90. O assunto é observado em: (Baeta & Cruz, 1988; Prata, 1990; Saad, 1990; Yazaki, 1990; Melo, 1990; Yazaki, 1992; Valéry & Paiva, 1994). Já existem, também, diversos estudos que investigam variáveis sociais e econômicas, como o tamanho da família, *status* domiciliar, a renda e mercado de trabalho do idoso. Ver: (Yazaki, 1990; Melo, 1990; Yazaki, 1992; Camarano et al., 1999; Goldani, 1999; Neri et al., 1999; Wajnman et al., 1999; Schor & Afonso, 2001). No entanto, ainda existe uma grande carência de estudos que realizem análises tendo como variável o consumo das famílias que possuem idosos. Essa carência é perfeitamente justificada pelo baixo número das pesquisas sobre a estrutura orçamentária das famílias que se apresentam demasiadamente onerosas.

Mesmo nos países desenvolvidos, Hurd (1990) e Tsakloglou (1996) descrevem que também existe uma grande dificuldade em encontrar informações sobre o dispêndio individual e coletivo as quais possibilitem estudar os aspectos relacionados à sobrevivência e à demanda específica dos idosos e de suas famílias. No Brasil, Camarano (1999, p. 381) coloca que:

“muito embora, por várias formas, se tenha chegado à conclusão de que os idosos estão em melhores condições de vida do que os não-idosos, pouco se sabe sobre a estrutura de gastos dos mesmos. Uma hipótese é de que os idosos gastam

mais em saúde – planos de saúde, medicamentos etc. Os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar permitem que se estude a estrutura dos gastos da população idosa *vis-à-vis* a da população não-idosa”.

O idoso também tem uma importância relativa no bem-estar dos jovens, quando se levam em consideração as mudanças significativas que estão ocorrendo na estrutura trabalhista de caráter formal, como o aumento da informalidade e a falta de qualificação profissional causada pela baixa escolaridade. Esses fatos estão dificultando para os jovens encontrar o primeiro emprego ou permanecer no mesmo. Nesse contexto específico, o idoso acaba agindo como assistencialista com sua renda mais estável (originária da aposentadoria) dentro da família. Segundo Camarano, (1999, p.371):

“Nas famílias em que os idosos são chefes, 19,7% têm filhos maiores de 21 anos e agregados menores que 14 anos (provavelmente netos) morando juntos. Numa pesquisa de campo realizada em Fortaleza, observou-se que 52,5% dos idosos entrevistados haviam fornecido algum tipo de apoio aos filhos, sendo 34% para filhos adultos. Isso se torna possível, em grande parte, pelo fato de 85,3% dos idosos chefes de família morarem em casa própria e o seu rendimento médio ser 1,6 vezes maior que o rendimento da população ativa de 20 a 29 anos.”

Finalmente, a importância de conhecer o comportamento de consumo dos idosos e das suas famílias contribui de forma significativa para o dimensionamento de políticas públicas (principalmente previdenciárias), já que uma análise sobre o dispêndio familiar, principalmente da família de baixa renda, fornece um importante parâmetro para se medir sua sobrevivência.

Este trabalho objetiva contribuir para melhor compreensão das conseqüências do envelhecimento populacional com relação a algumas características sócio-econômicas da família que possui idoso através do dispêndio de bens e serviços.

1.2 Enfoque proposto

Para mostrar a estrutura dos gastos das famílias com idosos e famílias sem idosos, será feito uso da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1995/96. A POF foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em nove regiões metropolitanas brasileiras, no Distrito Federal e em Goiânia. O objetivo principal da realização da POF é atualizar a estrutura de ponderação da cesta de consumo das famílias. Essa “cesta” serve de base para o cálculo dos índices nacionais de preços ao consumidor (INPC e INPC-a) calculados pela instituição e divulgados mensalmente. A estrutura dessa cesta corresponde a um retrato do consumo médio da população alvo de pesquisa³.

Os questionários que estão incluídos na POF registram informações das residências (unidade domiciliar), como; infra-estrutura, inventário dos bens existentes, despesas coletivas com produtos alimentícios e gastos com reformas e manutenção. Também são apresentadas informações sobre as pessoas, como: idade, sexo, posição na família, despesa individual daqueles que declararem e rendimentos salariais e não-salariais.

1.3 Objetivos

O uso da estatística descritiva neste estudo, através dos microdados da POF, permitirá mostrar as principais fontes de rendimentos dos idosos e quais são os itens de consumo mais dispendidos por eles e suas famílias. Permite, também, comparação com as demais famílias que não possuem idosos.

O objetivo específico será mostrar, através de algumas variáveis socio-econômicas, qual a probabilidade de as famílias que têm idosos adquirir

³ SIDRA (Banco de Dados) www.ibge.gov.br (05/06/2000).

determinados agregados de consumo. Pretende-se, também, verificar se a mesma predisposição em consumir esses agregados é observada em famílias que não têm idosos. Utilizando modelos lógite, apropriados para o caso de variável dependente qualitativa, serão analisados os consumos dos derivados de fumo, bens e serviços relacionados à saúde, lazer, viagens etc., em famílias cujo chefe tem mais de 60 anos e em famílias que não possuem idosos.

1.4 Organização do estudo

O estudo está dividido em seis capítulos. No primeiro, são abordados o problema, a justificativa e o objetivo do trabalho. No capítulo 2, a revisão de literatura conceitua e expõe trabalhos que abordam o tema proposto. O capítulo 3, além de descrever detalhadamente a pesquisa domiciliar que será utilizada no estudo, apresenta, também, o modelo econométrico proposto para a realização dos objetivos. O capítulo 4 analisa os dados da POF através de estatística descritivas. Os capítulos 5 e 6 apresentam os resultados e a conclusão do trabalho, respectivamente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo, procura-se focar importantes aspectos que estão relacionados com os idosos de mais de 60 anos. Serão expostas as teorias que explicam as causas do envelhecimento da população, seguidas dos trabalhos empíricos que abordam a importância do idoso sob o ponto de vista econômico dentro do contexto familiar e individual. Finalmente, serão apresentadas considerações teóricas sobre a importância da previdência social na manutenção do bem-estar social do idoso, já que a grande maioria é aposentado.

2.1 Conceituando o idoso e o processo de transição demográfica que está resultando no envelhecimento populacional

Segundo Moreira (2000), do ponto de vista demográfico, uma população envelhece quando a taxa de crescimento da população idosa é considerada superior à taxa de crescimento de uma população mais jovem, durante um período pré-determinado de tempo.

Entretanto, Camarano (1999) ilustra que, de acordo com a abordagem do estudo realizado, seja no contexto econômico, demográfico, antropológico, ou gerontológico, existe sempre um limite mínimo de idade que defini o grupo de pessoas. Constata-se, portanto, que não há uma idade específica para definir a velhice.

Na Europa e Estados Unidos, onde o processo de envelhecimento está mais adiantado, alguns pesquisadores já mencionam a existência de uma “quarta idade”, classificando indivíduos que apresentam idades mais

avançadas (Camarano & Medeiros, 1999). No Brasil, a “terceira idade⁴” classifica popularmente os idosos em geral.

Um dos pontos também discutidos sobre a terceira idade refere-se a capacidade de trabalho dos mais velhos. Por exemplo, como definir se um indivíduo a partir dos 50 ou 60 anos definitivamente perdeu sua capacidade laborativa, isto é, pode ser considerado um idoso? Ou, no caso do limite de idade da aposentadoria, um idoso poderia ser classificado economicamente como inativo?

No caso brasileiro, citando apenas fatores nutricionais, conforme é observado em regiões extremamente pobres do Nordeste rural, o idoso apresenta uma condição de saúde completamente debilitada ou estagnada, impedindo-o, assim, de desenvolver qualquer atividade laboral. Além do que, também encontra dificuldade em acessar serviços de saúde públicos de qualidade. Essa carência de serviços de saúde de qualidade justifica grandes diferenciais quando se compara a expectativa de vida entre regiões. Camarano et al. (1991), analisando dados censitários de 1980, mostraram que o diferencial da expectativa de vida entre as regiões Nordeste e Sul é de 11,9 anos. Os autores também ressaltam que o grande entrave está em sobreviver às más condições de saúde devidas, principalmente ao difícil acesso aos serviços de saúde e a problemas de desnutrição em segmentos mais pobres nos primeiros anos de vida.

São responsáveis pelo processo de envelhecimento a transição de alta para baixa taxa de fecundidade e a redução dos níveis de mortalidade de adultos (Moreira & Carvalho, 1992). Somente esses fenômenos já são vistos como uma tendência demográfica de envelhecimento da população, isto é, a base da pirâmide populacional está diminuindo relativamente (Stephanes, 1999). Nas Figuras 1 e 2 estão ilustradas as pirâmides populacionais observadas e projetadas, respectivamente, em 1995 e 2025 para homens e

⁴ Valéry & Paiva (1994), citados por Santini (2000), mostram que a definição conceitual da Terceira Idade corresponde a uma terminologia francesa. Neste caso, o princípio cronológico varia entre 60 e 65 anos que, de acordo com Santini, mostra claramente uma ausência de unanimidade sobre conceituar velhice.

mulheres na área urbana⁵ do Brasil. Pode-se observar que, segundo as previsões, em 2025, mais de 4% das mulheres brasileiras terão ultrapassado os 70 anos. Esse fenômeno é atribuído a diversos fatores, entre eles, a melhoria do acesso aos serviços de saúde, do nível de instrução e da qualidade de vida. Em conjunto, são fatores que estão aumentando a esperança de vida dos indivíduos no Brasil e na maioria dos países do mundo. Exemplificando alguns avanços da medicina e melhora no sistema público de saúde, entre outros fatores, Bloom et al.,(2001) citam os antibióticos como a penicilina, o aumento da eficiência nos tratamentos de tuberculose e diarreia e o uso do DDT para o controle da malária, a melhora na nutrição dos indivíduos e das condições sanitárias.

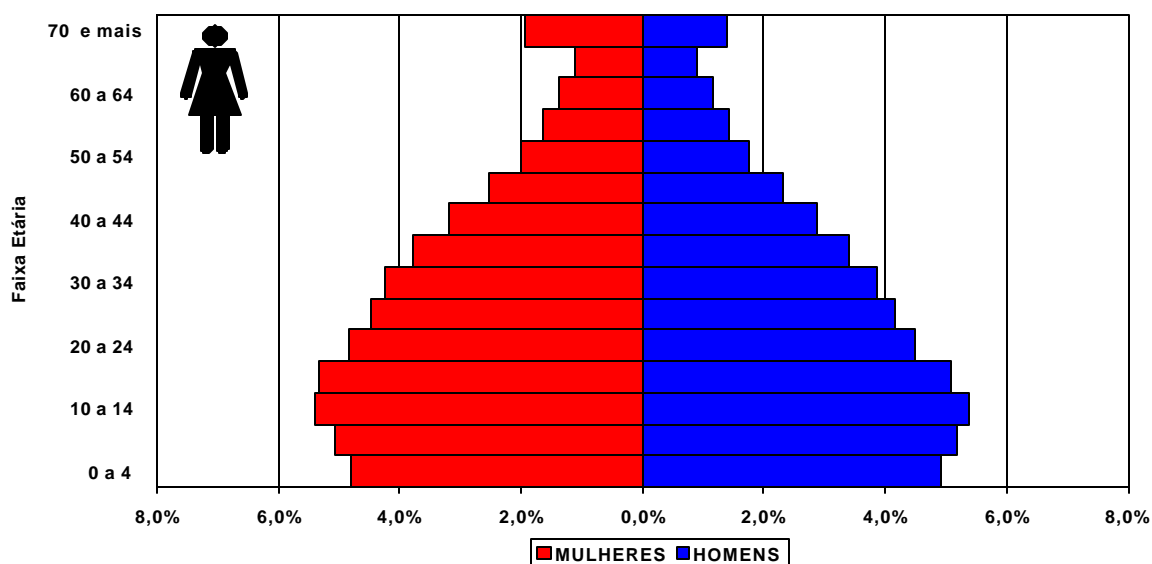


Figura 1 - Pirâmide etária urbana para mulheres e homens em 1995.

Fonte: Instituto de Economia e Pesquisa Aplicada - IPEA /Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (1997)

⁵ No meio rural as pirâmides populacionais apresentam o mesmo comportamento (MAPS versão 4.1- IPEA/ IBGE).

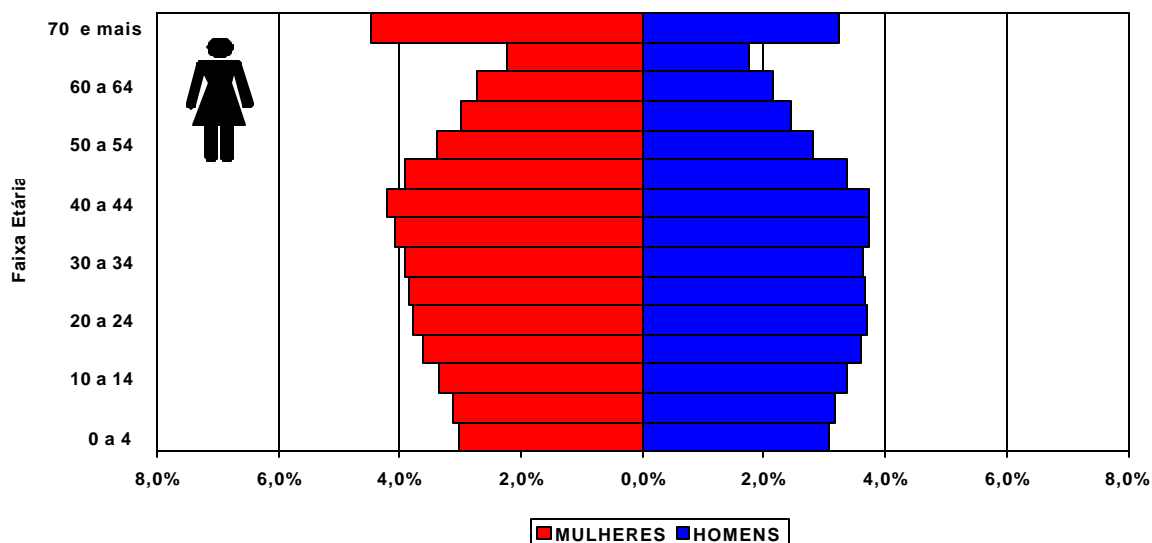


Figura 2 - Pirâmide etária urbana para mulheres e homens em 2025.

Fonte: IPEA/IBGE (1997)

Em 1901, nos Estados Unidos, a esperança de vida para homens e mulheres estava em torno de 48,2 e 51,1 anos, enquanto em 1982 estava em 71,5 e 78,8 anos, respectivamente (The Economic Status... , 1985; Ehrlich & Chuma, 1990; Hurd, 1990). Nos dias atuais, o Japão é o país que está apresentando a maior esperança de vida do mundo. Uma pessoa que nasce hoje pode viver até os 81 anos. Em 1920, a média de idade era de 27 anos (Bloom et al., 2001).

A figura 3 mostra a projeção da expectativa de vida para o Estados Unidos, Canadá e Europa, Botswana, Índia, Japão, Brasil e Mundo até o período de 2045-2050. Tendo como base o período de 2000-2005, Botswana é o país que apresenta a menor expectativa de vida do mundo com menos de 40 anos, em média, para cada indivíduo. Observa-se também que o Brasil apresenta valores de expectativa de vida bastante próximos aos da Índia e a média mundial para os vários períodos considerados. Segundo a ONU, atualmente, o Brasil ocupa a posição de 111^o.

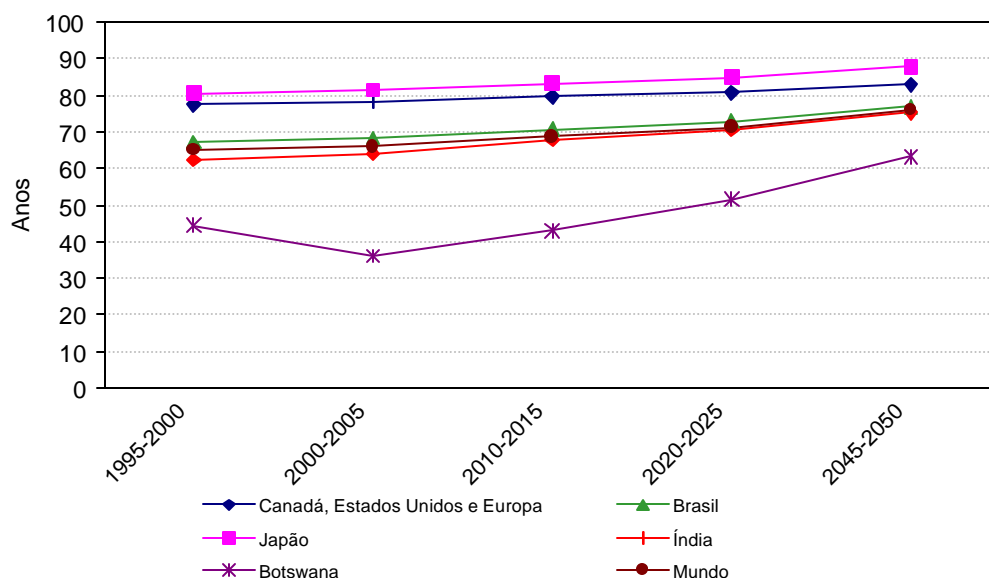


Figura 3 – Evolução da esperança de vida para o Canadá, Estados Unidos, Europa, Japão, Índia, Botswana, Mundo e Brasil até o período de 2045-2050.

Fonte: UN, World Population Prospects: The 2000 Revision. (<http://www.un.org/esa/population/publications/publications.htm> (17/05/2002))

Atualmente, na América Latina, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai são países considerados de transição demográfica avançada, por apresentarem as taxas de mortalidade e natalidade muito baixas, o que resulta em baixo crescimento da população (menos de 2% anual)⁶, como observado na Tabela 1. Nesta, nota-se, que mesmo em países extremamente pobres, como é o caso do Haiti, há uma elevação nos níveis de esperança de vida, passando de 48,5 anos na década de 70 para 56,6 anos durante a década de 90. Nesse mesmo período, o Brasil apresentou um crescimento de seis anos na esperança de vida, enquanto o Chile, apresentou aproximadamente 11 anos.

⁶ A INICIATIVA de Estocolmo: julho 98. **Conjuntura Social**, v.10, n.1, p.98. jan.fev.mar 1999.

Tabela 1. Evolução da esperança de vida ao nascer para alguns países da América Latina.

Países	1970-75	1975-80	1980-85	1985-90	1990-95
Argentina	66,1	67,7	68,8	70,5	71,8
Bolívia	46,7	50,1	53,4	56,8	59,3
Brasil	59,8	61,8	63,3	64,8	66,3
Chile	63,6	67,2	70,7	72,7	74,4
Colômbia	61,6	64,0	67,2	68,2	69,2
Cuba	71,0	73,1	73,9	74,6	75,3
Equador	58,9	61,4	64,5	67,1	68,8
Haiti	48,5	50,7	52,7	54,7	56,6
Jamaica	68,6	70,1	71,4	72,4	73,6
México	62,6	65,3	67,4	69,8	71,5
Paraguai	65,6	66,0	67,4	68,7	70,0
Peru	55,5	57,5	60,2	63,0	66,0
Uruguai	68,8	69,7	70,9	72,0	72,4

Fonte: Anuario Estadístico de America Latina Y el Caribe (1996)

A Figura 4 mostra a evolução da expectativa de vida brasileira entre a população rural e urbana para homens e mulheres, observada e projetada até 2030. Percebe-se que a mulher que vive na área urbana tem uma esperança de vida bem maior que a dos homens. Observa-se, também, que o homem que vive no campo tem esperança de vida inferior, provavelmente pelas dificuldades de acesso aos postos de saúde, na maioria das vezes, localizados nas cidades, além de começar a trabalhar mais cedo, podendo apresentar precocemente problemas em relação à sua condição física.

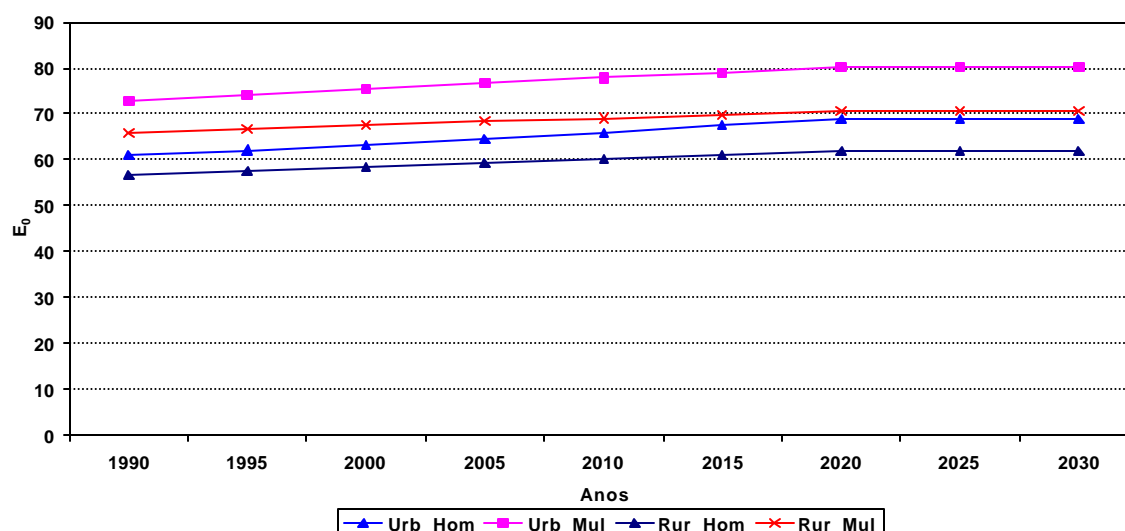


Figura 4 - Esperança de vida ao nascer, observada e projetada, urbana e rural para homens e mulheres de 1990 a 2030.

Fonte: IPEA/IBGE (1997)

Camarano et al. (1991) compararam os dados do censo demográfico de 1980 aos dados de outros países como a Suíça e a Índia e chegaram à conclusão de que os diferenciais entre esperanças de vida são praticamente inexistentes em idades mais avançadas. O mesmo movimento de homogeneização da esperança de vida a partir de idades mais avançadas também aconteceu quando consideraram famílias com níveis de renda diferentes.

Moreira & Carvalho (1992) também compararam a taxa de sobrevivência brasileira, a partir dos 65 anos, com as taxas de sobrevivência de outros países desenvolvidos com dados de 1970 e 1980 e chegaram às mesmas conclusões, isto é, o idoso brasileiro tem o mesmo tempo de sobrevivência do de um belga ou finlandês. Os autores, no mesmo período, comparando as taxas de sobrevivência entre as regiões Nordeste e Sul para aqueles com mais de 65 anos encontraram uma diferença de apenas 1,7 anos; entre ricos e pobres encontraram uma diferença de 2,08 anos.

Outra variável-chave para entender a mudança no perfil etário da população é a fecundidade. Essa taxa corresponde ao número médio de filhos

por mulher, ao final do período reprodutivo que se percebe ter diminuído ao longo dos anos. As difíceis condições de sustentabilidade, a instabilidade de emprego devido às crises econômicas, a disseminação dos métodos contraceptivos (pílula, a partir dos anos 60) e as melhorias na instrução escolar têm levado as famílias a otimizar suas condições de vida, principalmente no sustento dos filhos, postergando o nascimento dos mesmos (Wood & Carvalho, 1994; Oliveira & Felix, 1995).

A figura 5 mostra a projeção da taxa de fecundidade para os Estados Unidos, Canadá, Europa, Mundo, Nigéria, Brasil, Japão e Índia até o período de 2045-2050. Tendo como base o período de 2000-2005, a Nigéria é o país que apresenta a maior taxa de fecundidade, no entanto, observa-se que esta taxa se reduzirá drasticamente nas próximas décadas. A Taxa de Fecundidade Total (TFT) do Brasil, Índia e a média mundial também se reduzirão nos próximos anos. Curiosamente, países desenvolvidos como o Canadá, Estados Unidos, Japão e os países da Europa apresentarão um ligeiro aumento em suas taxas de fecundidade como pode ser observado na figura 5.

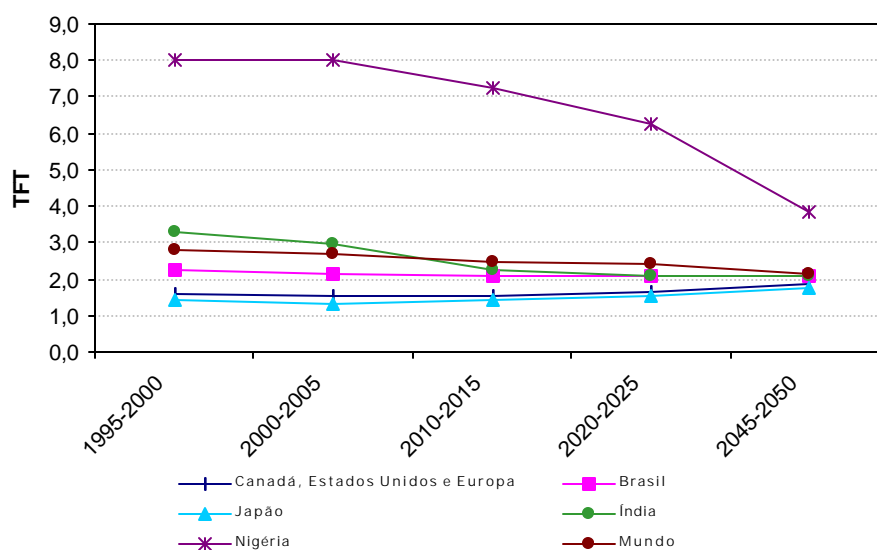


Figura 5 – Evolução da taxa de fecundidade para o Canadá, Estados Unidos, Europa, Japão, Índia, Nigéria, Mundo e Brasil até o período de 2045-2050.

Fonte: UN, World Population Prospects: The 2000 Revision. <http://www.un.org/esa/population/publications/publications.htm> (17/05/2002)

A Figura 6 apresenta a taxa de fecundidade total para a população rural e urbana observada e projetada até 2030 no Brasil. Percebe-se uma redução mais acentuada na taxa rural do que na urbana. Como fatores de redução da TFT, no meio rural e urbano, estão a ascensão da economia urbano-industrial, aumento da participação feminina na força de trabalho (menor disposição para cuidar dos filhos, aumento da idade ao casar e ter o primeiro filho) e até as mudanças da estrutura agrária no Brasil. Sobre a estrutura agrária, Wood & Carvalho (1994) descrevem que os antigos sistemas de colonatos e arrendatários permitiam que grandes famílias aumentassem a capacidade produtiva e contribuíam para uma redução dos custos relativos à manutenção e reprodução, isto é, o maior número de filhos representava um aumento menos que proporcional ao custo da unidade familiar.

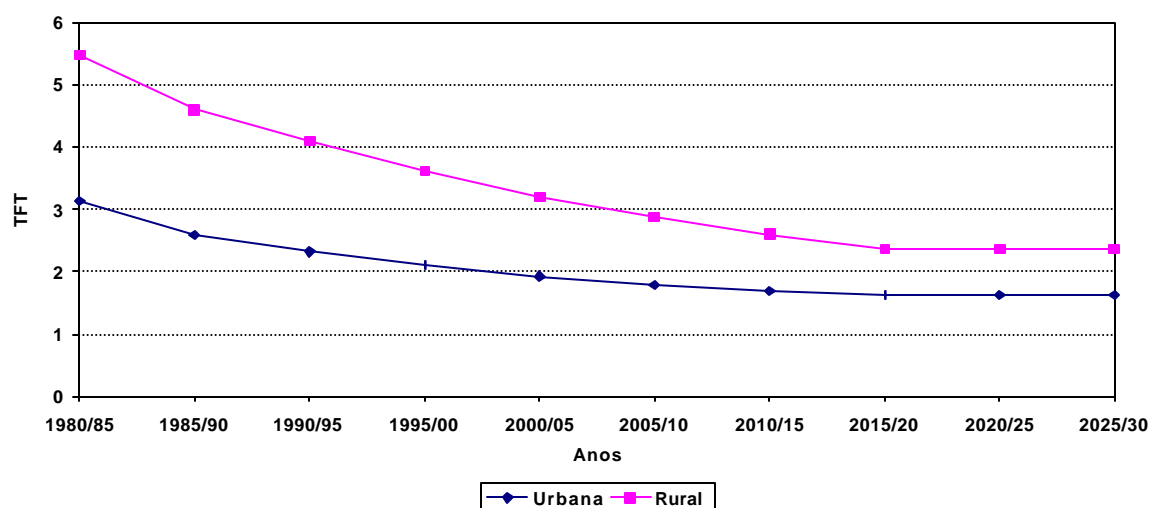


Figura 6 - Taxa de fecundidade total para a população urbana e rural no período de 1990 a 2030.

Fonte: IPEA/IBGE (1997)

Oliveira & Félix (1995), analisando indicadores sociais da década de 80 e décadas anteriores, colocam a mortalidade como o primeiro componente demográfico a sofrer transição para níveis mais baixos, devido à

redução da migração internacional e ao estabelecimento da dinâmica do desenvolvimento urbano a partir da década de 40. Em 1970, a diferença entre a taxa de fecundidade total (TFT) entre grupos de renda mais baixa e grupos de renda mais alta chegava a seis ou sete filhos; comparando com o ano de 1984, esta diferença diminuiu para 3,87 filhos. Os autores caracterizam o declínio da fecundidade brasileira como um fenômeno consistente, rápido e irreversível decorrente das profundas mudanças na sociedade brasileira, como o esgotamento das economias familiares rurais de subsistência e o avanço das relações capitalistas de base urbana e, posteriormente, rural.

Moreira (2000), realizando projeções demográficas para o período de 1980 a 2050, considera a queda da fecundidade como determinante-chave do envelhecimento demográfico brasileiro e atribui à diminuição da mortalidade um papel discreto e inferior. Em termos relativos, a fecundidade, no período considerado, correspondeu a quase 70% do processo de envelhecimento populacional, enquanto a mortalidade, a inércia populacional e a interação desses fatores responderam a aproximadamente 10%, cada uma.

Outro indicador que também pode medir o fenômeno do envelhecimento é a razão de dependência (quociente entre jovens e idosos). Na Figura 7, está a razão de dependência entre a população de 60 anos ou mais e a população em idade ativa (PIA) de 15 a 59 anos, observada e projetada para 2030. Nota-se, claramente, o salto de mais de 30% de 1990 até 2030, devido ao aumento do número de pessoas com mais de 60 anos e ao crescimento relativamente menor da população entre 15 e 59 anos em virtude da diminuição das taxas de fecundidade. Em 1940, a razão de dependência era de 8%, passando para 11% em 1996 (Camarano & El Ghaouri, 1999). Esse fenômeno tem ocorrido principalmente nos países da Europa. A Suécia e o Reino Unido apresentam os valores mais altos, com 27,8% e 24%, respectivamente, da população com mais de 65 anos em relação à população entre 15 e 64 anos, seguidos pela Alemanha e Itália, com 21,7%, Espanha com 19,8% e França com 20,8% (Schulthess, 1999).

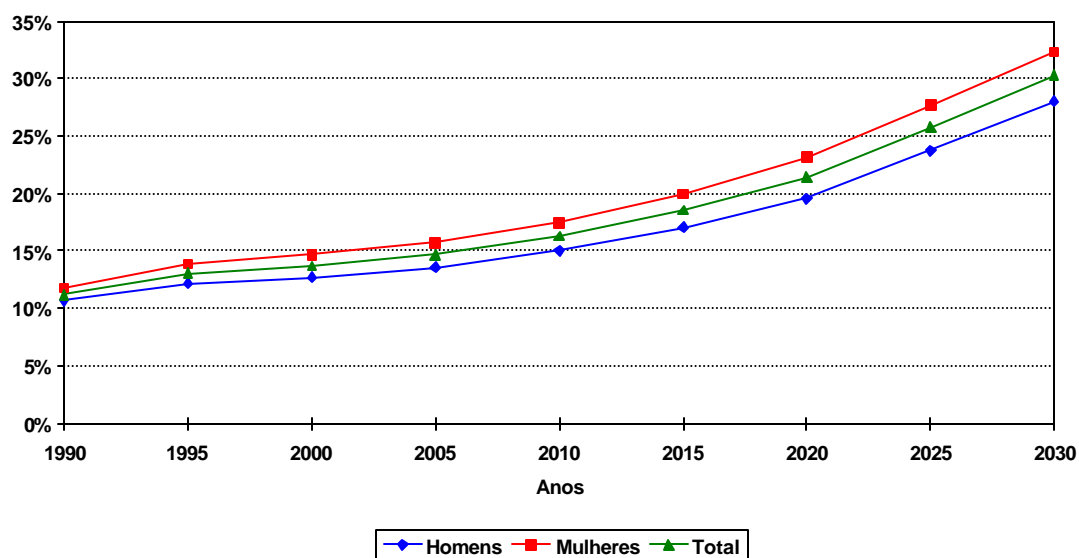


Figura 7 - Razão de dependência, idosos, por sexo (população com mais de 60 anos) para homens, mulheres e total no período de 1990 a 2030.

Fonte: IPEA/IBGE (1997)

Expostos os principais processos demográficos que o Brasil atravessa, a chamada transição demográfica, modificará substancialmente o perfil etário da população. Segundo Camarano et al. (1999), a proporção da população idosa (mais de 65 anos) ou da “mais idosa” (acima de 80 anos) está aumentando no país. Em 1940, havia 166 mil pessoas acima de 80 anos; em 1996, esse número era de quase 1,5 milhão de pessoas. O número de idosos com mais de 100 anos, em 1996, era superior a 9 mil. Os autores também mostram que a maior parte dos idosos está na região Sudeste, onde estão concentrados 46% do total, seguida das regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte.

Charão & Arruda (2000) citam uma pesquisa feita pelo professor Guidugli da UNESP sobre o aumento da população de idosos, usando as estatísticas do IBGE nos municípios do Estado de São Paulo. Guidugli verificou que, em 120 dos 625 municípios existentes, a taxa média da população com mais de 60 anos era o dobro da taxa de crescimento total da população. No município de Rio Claro, por exemplo, a população cresceu 193% entre 1940 e

1991, e, no mesmo período, o aumento para o grupo de pessoas com mais de 60 anos foi de 536%. Outro exemplo significativo está no município de São Caetano do Sul, com cerca de 120 mil habitantes. Segundo os cálculos do professor, para cada criança na faixa de 0 a 14 anos existem 7 pessoas com mais de 60 anos. Segundo os autores, o professor conclui que há uma enorme falta de políticas públicas para atender à demanda desse contingente de pessoas e que as cidades devem passar por mudanças estruturais para atender às necessidades dos idosos.

2.2 As principais fontes de renda dos idosos

Devido à faixa etária correspondente aos idosos crescer significativamente, o efeito futuro é a existência de uma categoria expressiva de pessoas que apresentarão um perfil de consumo distinto, seja em gastos com a saúde, principalmente, seja, outros tipos de gastos, como produtos de beleza, viagens, lazer etc. Neste ponto, o poder de consumo do idoso pode ser medido ou calculado a partir das origens da sua renda pessoal. Sobre estas origens Thompson (1999) cita, com clareza, três vias distintas no caso dos aposentados⁷:

1º) transferências informais, em grande parte intra-familiares, já que os próprios familiares idosos ou aposentados seriam incapazes de gerar seu próprio sustento,

2º) regime de contribuições obrigatórias a cargo de empregados e empregadores, isto é, transferências de recursos na forma de tributos dos indivíduos mais jovens que continuam trabalhando; é o caso dos regimes de previdências existentes na maioria dos países.

3º) troca de ativos da própria pessoa que se aposenta, por exemplo, poupança individual ou aposentadorias oriundas dos regimes de capitalização. O autor ressalva que, embora a sociedade empregue os três tipos de sistemas, a

⁸ O autor assume que aposentados seriam aqueles que não deveriam mais exercer nenhum tipo de atividade laboral como é observado para maioria dos idosos nos países desenvolvidos. Porém, observa-se, em países em desenvolvimento como o Brasil, que apresenta uma baixa cobertura do sistema previdenciário aliada ao baixo valor das aposentadorias, a existência de uma 4ª via com rendimentos provenientes do trabalho.

importância relativa de cada mecanismo varia com a cultura e os estágios de desenvolvimento de cada nação.

Sobre a primeira via, nos Estados Unidos, por exemplo, menos de 1% da renda dos idosos provém diretamente dos filhos. Ademais, a presença de idosos vivendo com seus filhos vem declinando, ou seja, os idosos estão cada vez mais aptos a viverem sozinhos. Um aspecto interessante é que, apesar de independentes, continuam com fortes vínculos familiares (The Economic Status..., 1985).

Desde 1950, a renda real média dos idosos americanos mais que dobrou e as famílias com idosos e não-idosos alcançaram o mesmo nível de renda, ligeiramente superior para as famílias idosas. Entre eles, a pobreza vem-se reduzindo drasticamente desde 1983, mas a diminuição da taxa de pobreza já ocorre de forma gradativa desde 1967. Infelizmente, ainda, entre os idosos negros ela é bastante alta. Os casados também se apresentam em melhores condições que os que estão “sozinhos” devido ao acúmulo dos ativos individuais. Por outro lado, a renda proveniente dos benefícios da previdência social aumentou de 16% para 94% entre 1950 e 1983, e a sua participação no mercado de trabalho entre 1970 e 1983 reduziu-se de 26,8% para 17,4%. Em relação ao consumo, os idosos americanos, tipicamente, gastam mais com saúde e alimentação (The Economic Status..., 1985).

Hurd (1990) mostra que os idosos americanos (acima de 65 anos) continuam em melhores condições que os não-idosos, indicando que não há razões favoráveis para se aumentar o nível de suporte para eles.

Fuchs (1998) analisou a renda média *per capita* dos americanos em três períodos (1975, 1985 e 1995). O autor mostrou que, em 1985 e 1995, a razão da renda média do 8ª decil com o 3ª decil em diferentes faixas etárias, era maior entre os não-idosos que entre os idosos (acima de 65 anos). Já em 1975 não era possível fazer essa distinção. Segundo o autor, aumentou de maneira substancial a parcela de renda dos idosos proveniente dos recebimentos de juros, dividendos e pensões. O autor também sugere que um aumento dessas fontes melhoraria a capacidade de financiamento dos idosos, evitando, assim, os enormes gastos públicos com saúde financiados

indiretamente através dos tributos pagos pelos não-idosos. Entre as faixas de idade só com idosos, a igualdade de renda observada nesse coorte é atribuída, principalmente, à grande cobertura dos programas de previdência social.

As melhores condições econômicas dos idosos americanos não estão sendo observadas para os do Continente Europeu. Tsakloglou (1996) analisou dados de consumo, renda e indicadores não-monetários de bem-estar para idosos (mais de 65 anos) e não-idosos em todos os países da União Européia durante a década de 80. Em linhas gerais, a conclusão foi que o não-idoso está em melhores condições que os idosos, que, possivelmente, devido ao grande número, já existe dificuldade em se obter uma satisfatória cobertura dos sistemas de previdência social. Outro ponto analisado pelo autor refere-se à desigualdade de renda entre os dois grupos, sendo que, entre o grupo dos idosos, a desigualdade é bem maior do que no grupo dos não-idosos. Os idosos homens também se apresentaram em melhores condições do que as mulheres. O idoso que vive sozinho tem grande chance de ficar abaixo da linha de pobreza. As diferenças entre idosos e não-idosos foram maiores no Sul da Europa e menores no Norte. Dentro desse contexto, o autor conclui que algumas medidas, como reduzir o benefício da aposentadoria ou outros cortes em despesas do sistema previdenciário, bem como a privatização do sistema poderá aumentar ainda mais a distância do *status* econômico entre o idoso e o não-idoso. Propõe algumas medidas de ajustes, entre elas, o aumento da contribuição social para os não-idosos. Porém, sabe-se perfeitamente que esse tipo de política esbarra na diminuição da competitividade, porque eleva o custo do fator trabalho e não é uma medida muito popular entre os idealizadores de políticas.

No Brasil, Barros, Mendonça & Santos (1999), utilizando dados da PNAD de 1997, mostraram que a pobreza entre os maiores de 60 anos é de 23%, enquanto a pobreza entre os não-idosos é de 39%. Esse fato os autores atribuem à própria renda do idoso, como os benefícios previdenciários e relativa capacidade própria de poupança. Uma das conclusões é que a presença do idoso entre os não-idosos é responsável pela redução do grau de pobreza e, não, pelo seu aumento.

Camarano (1999, p.371), com base em alguns estudos realizados sobre idosos, explica que a maior parte deles depende de benefícios previdenciários. Citando Barros, Mendonça & Santos que utilizaram a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 1997 a autora escreve:

“As melhores condições de vida dos idosos brasileiros podem ser traduzidas em cifra; por exemplo, enquanto 8% da população brasileira tinha mais de 60 anos – ou seja, eram idosos –, os idosos pobres correspondiam a 5,3% do total de pobres brasileiros. Dentre a população não-idosa, 31% foi classificada como estando abaixo da linha de pobreza”.

Entre as fontes de renda importantes e necessárias para melhorar a condição de vida do idoso e de seus dependentes estão os seguros pagos pela previdência social (a ser analisado com mais detalhes no final deste capítulo), renda proveniente do trabalho e movimentação de ativos financeiros.

Em relação ao trabalho do idoso como outra fonte geradora de renda, no Brasil, além das aposentadorias e pensões, Wajnman et al. (1999) analisaram os dados da PNAD no período de 1977 a 1997, concluindo que há uma enorme heterogeneidade entre os idosos no mercado de trabalho, conforme a região, raça, escolaridade e formas de ocupação. Observaram, também, que, nos vinte anos analisados, ocorreu um declínio das taxas de atividades de homens acima dos 60 anos. No entanto, em relação à PEA total, houve um aumento de pessoas idosas que trabalham, tanto homens como mulheres. Os autores verificaram que, apesar de as taxas de atividades serem declinantes conforme avança a idade, em 1997, a participação do grupo na PIA (População em Idade Ativa) estava acima de 60% para homens entre 60 e 64 anos, enquanto o pico da atividade masculina situava-se em 96% no grupo de 35 a 39 anos. A aposentadoria torna-se um fator determinante para a retirada dos homens idosos da atividade econômica, com a participação dos não-aposentados no mercado de trabalho de quase 90% para o grupo de 60 a 64 anos, enquanto que, para o grupo que está aposentado, essa taxa cai para um pouco mais de 40%. A classe socio-econômica na qual a família está inserida limita essa participação. Quanto menor a renda, maiores são as taxas de

atividade. As atividades agropecuárias são predominantes, representando, em 1982, cerca de 55% das ocupações de homens idosos e em 1997 cerca de 46%.

Em relação aos ativos financeiros (capacidade de poupança) construídos pelo próprio indivíduo, Neri et al. (1999), utilizando a pesquisa da Associação Brasileira de Crédito e Poupança (Abecip), mostraram que, no ano de 1987, havia cerca de 70 milhões de cadernetas de poupança existentes no país. Os mais velhos, acima de 50 anos, possuíam cerca de 1,6 cadernetas de poupança, enquanto os mais jovens possuíam cerca de 1,3. Além disso, o saldo médio das cadernetas também era maior entre os poupadores mais velhos em relação aos mais jovens, com cerca de 20 salários mínimos contra 11 salários mínimos. Neri et al. (1999a), analisando dados da PNAD de 1996, verificaram que os chefes de famílias com idosos de 60 anos ou mais possuem maior taxa de acesso à casa quitada e menor acesso à casa alugada. No entanto, os autores não acharam evidências de que esses chefes mais velhos compraram suas casas a fim de prover fundos para financiar sua aposentadoria.

Finalmente, as rendas advindas da aposentadoria, trabalho e poupança sugerem que o idoso (acima de 60 anos) brasileiro está em melhores condições de vida que a população mais jovem. Uma boa parcela tem casa própria e contribui significativamente para a renda familiar. No entanto, isso não quer dizer que, em termos absolutos, estejam em boas condições, mas que, graças à capacidade de consumo relativamente superior dos idosos (renda mais estável), pode-se tratar de um grupo extremamente interessante para as empresas que vislumbram uma expansão do mercado Camarano et al. (1999).

2.3 A importância do idoso dentro da família

A importância do idoso dentro do contexto familiar depende bastante, em alguns casos, da sua própria condição física. Pessoas com idades mais avançadas, acima dos 80 anos, provavelmente, encontrem dificuldade em

assumir a chefia da família⁸. Nesse caso, os mais jovens realizam essa função e utilizam a renda desse idoso proveniente dos seus benefícios assistenciais para o sustento da casa. Outro aspecto com relação à importância do idoso deve-se ao sexo. Geralmente, a mulher idosa ou aposentada, quando viúva, assume um importante papel dentro da família, exercendo a condição de chefia; do contrário é responsável pelas tarefas domésticas e gasta seu tempo com os cuidados dos filhos e netos. No caso dos homens idosos, estes auxiliam a família através da execução de trabalhos externos.

Camarano et al. (1999) ilustraram a importância da contribuição dos idosos na renda das famílias citando os dados da PNAD de 1996, os quais, evidenciam, que a renda média dos maiores de 60 anos é superior à dos jovens com menos de 30 anos. Em média, 45% da renda da família provém da renda do idoso. Em 36% das famílias, eles são chefes de família e têm filhos morando junto. Ademais, mostram que essa proporção cresceu desde 1986, quando era de 32%.

A Constituição Federal de 1988, no Artigo 194, garantiu uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural. Delgado & Cardoso (1999), analisando os mecanismos de previdência rural citam:

“A mudança do regime assistencial precário do Prorural/Funrural (1971) para o regime especial de previdência rural, implementado em 1992, com base nos princípios da seguridade social da Constituição de 1988, trouxe avanços significativos de proteção social aos idosos e inválidos do meio rural e, particularmente, às mulheres semi-excluídas do Funrural pelo critério legal exclusivo ao cabeça da família” (p.21).

Os autores, com base em uma pesquisa domiciliar rural feita nas regiões Sul e Nordeste, em 1998, mostram que 63,2% dos aposentados e pensionistas do

⁸ Camarano et al. (1999), utilizando dados da PNAD de 1997, mostraram que a maioria dos idosos (acima de 60 anos), cerca de 63,2%, foi classificada como pessoa de referência em seu domicílio e, cerca de 22,2%, foi considerado cônjuge.

Sul e 62,3% do Nordeste são mulheres. Além disso, o estrato de idade entre 60 e 70 anos é o que recebe a grande maioria dos benefícios pagos pela previdência social. Na região Sul, a renda média das famílias contempladas com o seguro previdenciário, está, em média, 16% acima da renda das famílias que não recebem benefícios pagos pela previdência social. Na região Nordeste, a renda média também das famílias com idosos é 35% superior em relação àquelas que não recebem algum tipo de benefício. O acesso ao benefício permite manter 85% das famílias acima da linha de pobreza, tendo por base meio salário mínimo domiciliar *per capita*.

Percebe-se que é inquestionável a importância dos benefícios previdenciários recebidos pelos idosos para a manutenção da estrutura financeira familiar. Camarano & Pascom (2000), analisando dados da PNAD de 1998, observaram que cerca de 42,1% e 40,9% da renda familiar para o Nordeste e Sudeste, respectivamente, eram provenientes das aposentadorias. Argumentam que, quando o Estado altera as regras que determinam como se dá a distribuição do benefício social, o seu efeito é multiplicado dentro da família.

Pode-se inferir que os idosos estão agindo mais como assistencialistas do que propriamente pessoas aptas a terem um perfil de consumo independente. No entanto, Camarano & El Ghaouri (1999) alertam que não se pode esperar que os idosos do futuro possam dar continuidade a essa prática de suporte aos parentes, uma vez que as altas taxas de desemprego observadas hoje e a tendência da informatização da economia afetariam a constituição de um patrimônio pelos mais jovens. Contudo, trata-se, ainda, de uma hipótese e, não de um fato a ser consumado.

Nos Estados Unidos, fenômeno bastante distinto é observado com relação à presença do idoso vivendo com parentes mais jovens. McGarry & Schoeni (1998) analisaram o comportamento do idoso entre 1880 e 1990. Em 1880, apenas 9,3% dos idosos (mais 65 anos) moravam sozinhos e 67,8% moravam com filhos adultos menores que 65 anos. Os restantes, 23%, estavam em instituições ou outras modalidades de moradia. Em 1990, cerca de 61,7% dos idosos estavam morando sozinhos e 19,5% estavam morando com os

filhos. Os idosos em instituições e outras modalidades de moradias mantiveram-se na faixa em 18,9%. Os autores atribuem esse fenômeno ao aumento da cobertura dos planos de seguridade social e a outras mudanças da estrutura familiar, como o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Essa última característica dificulta aos filhos proporcionarem assistência aos pais idosos.

A situação econômica do idoso americano é muito superior à do não-idoso de qualquer país do mundo. Segundo o Censo concluído em 2000, a renda média das famílias chefiadas por idosos maiores que 65 anos é de 157 mil dólares por ano. Isso corresponde a quase o dobro da renda das famílias que têm chefes entre 45 e 54 anos de idade. Lá, existem cerca de 77 milhões de pessoas que possuem mais de 50 anos e são responsáveis por 41% das aquisições de carros novos. 79% possuem casa própria, 77% possuem bens patrimoniais de pessoas físicas e metade dos cartões de créditos de todo o país. Também são responsáveis por 60% e 74% dos gastos com saúde e medicamentos, respectivamente (O Poder..., 2001; Over 60..., 2002).

2.4 A previdência social e o idoso

Grande parte dos idosos, para garantir seu bem-estar, recorre ao mercado, solidariedade familiar e ao Estado, através das políticas sociais que visem a atender às suas necessidades básicas, principalmente quando perdem a capacidade laborativa. Numa sociedade moderna, a previdência social caracteriza-se como um pilar essencial para o bem-estar dos indivíduos. No entanto, em meados dos anos 70, com as mudanças da estrutura organizacional do emprego e o arrefecimento do crescimento econômico, os países desenvolvidos já experimentavam tendências de déficit nas contas públicas. As sociedades desenvolvidas começaram, então, a manifestar preocupação no que se refere aos gastos sociais com medidas de proteção social (seguro social), refletida, principalmente, nas mudanças demográficas ocorridas nesses países (Beltrão et al., 1996).

Ao mesmo tempo em que a previdência social tem contribuído para melhorar as condições de milhões de idosos em todo o mundo, o sistema previdenciário, no que diz respeito ao seu financiamento, poderá no futuro não atender mais ao seu objetivo, como dar suporte às pessoas que perderam a capacidade laboral.

Moreira & Carvalho (1992), analisando o caso brasileiro, mostram que, com envelhecimento populacional, começarão a ocorrer mudanças significativas nas demandas sociais do país. Os autores argumentam que começarão a se reduzir as pressões advindas da população jovem como os gastos públicos com o sistema educacional, atenção médica às crianças etc., e aumentará a pressão sobre uma ampliação o atendimento médico ao idoso e previdência social.

Recentemente, a iniciativa de Estocolmo, realizado na Suécia em 1998, - *O Debate da Reforma da Seguridade Social: Em Busca de um Novo Consenso* - tornou-se um fórum importante sobre as reformas da previdência social. As propostas levaram em consideração que, com as mudanças demográficas, os regimes de repartição, até então dominantes, não conseguiriam ter equilíbrio financeiro-atuarial, isto é, o pacto entre gerações no qual se baseiam os regimes de repartição não seria sustentável do ponto de vista político devido ao envelhecimento⁹. Em função disso, a opção pelos regimes de capitalização, supondo a acumulação do estoque de capital custeado pelos benefícios futuros, tornar-se-ia mais adequada e teriam impactos macroeconômicos positivos.

Fuchs (2001) realizou uma estimativa com dados de 1997 para o idoso americano (mais 65 anos) mostrando que 56% da sua renda são provenientes de transferências indiretas dos mais jovens (abaixo de 65 anos), através de programas de previdência e programas públicos de saúde, entre outros. O restante, cerca de 44%, corresponde a recursos dos próprios idosos referentes a salários, pensões, movimentação de ativos etc.. Devido ao aumento

⁹ Também deve ser ressaltado que a dinâmica na estrutura de trabalho formal é tida como entrave para a sustentação financeira dos modelos de repartição existentes e predominantes no mundo (Stephanes, 1999).

dos inativos em relação aos ativos e ao aumento dos gastos públicos, principalmente em serviços de saúde para os idosos, o autor apresenta esses fatores como os dois grandes problemas a serem enfrentados pelos idealizadores de políticas nos próximos 20 anos.

Vários esforços já ocorrem ao redor do mundo para tentar amenizar a possível crise dos sistemas previdenciários. Diamond (1996) e Tsakloglou (1996) sugerem algumas medidas corretivas, como a alteração no limite de idade mínima para aposentadoria e mudanças nos critérios atuariais e econômicos de cobertura social nos dois principais sistemas básicos de previdência social existentes: o regime de repartição e o de capitalização. Os outros sistemas existentes, além dos de repartição e capitalização, que estão surgindo (os sistemas “mistos” como o modelo argentino, por exemplo) são ajustes desses dois principais até o presente momento. Alguns países da América do Sul já reformaram seus sistemas previdenciários, como o Chile, pioneiro em 1980, Peru, em 1993, Argentina e Colômbia, em 1994, Uruguai, em 1996 e Bolívia, em 1997.

No Brasil, as primeiras discussões sobre uma eventual reforma previdenciária iniciaram-se em 1995, quando a previdência social começou a apresentar déficit crescente nas contas públicas (Ornélas, 1999) e (Stephanes, 1999). Com a promulgação da Constituição de 1988, ocorreu a universalização da seguridade social, isto é, ampliou-se o piso mínimo de benefício dos trabalhadores rurais, elevou-se o piso mínimo de benefícios para um salário mínimo e promoveu-se o direito de ingressar no sistema previdenciário para qualquer indivíduo, mediante contribuição. Isso representou um avanço do ponto de vista distributivo da renda, entretanto, não se levou em consideração como o financiamento do sistema previdenciário seria equacionado, somadas as transformações demográficas.

Ainda há um outro agravante, o grande volume de aposentadorias por tempo de serviço. Essa modalidade de aposentadoria é também responsável pelos déficits previdenciários observados nos últimos cinco anos. Segundo Stephanes (1999), chegou-se ao extremo de pessoas com 40 anos de idade, em pleno vigor laboral, aposentarem-se. Apenas o Brasil e alguns países

como Benin, Egito, Equador, Irã, Iraque e Kuwait adotam a aposentadoria por tempo de serviço, e ainda mais, somente o Brasil não condiciona a aposentadoria por tempo de serviço ao afastamento do mercado de trabalho¹⁰. Schulthess (1999) também destaca que, na América Latina, apesar de existir o envelhecimento da população, muitas pessoas conseguem, também, aposentar-se precocemente devido à generosidade de alguns regimes previdenciários.

A reforma da previdência social ainda tramita de forma lenta no Congresso Nacional, esbarrando nas questões corporativistas dos interesses pessoais, dificuldade de mobilização das bancadas parlamentaristas, burocracia etc. Portanto, pode-se sugerir que para o caso brasileiro como para os demais países da América Latina, as pressões sobre reformas para o equacionamento do sistema previdenciário têm se originado por outros motivos que não ainda pelo envelhecimento demográfico.

¹⁰ http://www.mpas.gov.br/07_02_01.htm (15/05/2000)

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 A Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/1996

Para a análise quantitativa serão utilizados os microdados da Pesquisa de Orçamento Familiares (POF), que foi realizada no período de 1º de outubro de 1995 a 30 de setembro de 1996. Esses dados registram informações domiciliares sobre as despesas da família e, em alguns casos, dispêndios individuais.

A POF compreende as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, município de Goiânia e Distrito Federal.

Para a realização da POF 95/96, partiu-se dos resultados do Censo Demográfico de 1991, considerando a abrangência geográfica e a representatividade das diferentes classes de renda. Os fatores de expansão foram construídos com base na contagem populacional realizada em 1996.

Nessa pesquisa estão incluídos cinco questionários. No questionário um, são pesquisadas informações sobre as condições do domicílio, como abastecimento de água, infra-estrutura sanitária e número de cômodos, além do número de famílias residindo no mesmo espaço domiciliar. Também, as características do indivíduo, como sexo, nível de instrução, idade, frequência à escola e posição na família (chefe, cônjuge, filho, outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico etc.). O questionário dois contém informações sobre as despesas de cada unidade com melhoria (reforma) do domicílio, bens duráveis, etc.. O questionário três corresponde a uma caderneta de despesa coletiva, que engloba alimentação, higiene e limpeza, telefone etc. Nos questionários quatro e cinco, alvos do estudo, são

apresentadas informações sobre os gastos mensais e recebimentos salariais e não-salariais dos indivíduos.

Nas informações sobre despesas, há diferentes períodos de referência, como sete, 30, 90 dias e seis meses. No caso dos recebimentos, utilizam períodos correspondentes a seis meses. Para a correção dos valores monetários estão disponíveis variáveis com valores do dispêndio e recebimento já ajustadas para o período base de 15 de setembro de 1996 e, com o objetivo de unificar os períodos de referência da pesquisa, também estão disponíveis variáveis com valores monetários anualizados e corrigidos através dos seus respectivos fatores de anualização.

A amostra abrangeu cerca de 46.393 pessoas em 16.013 unidades domiciliares.

3.2 O universo da análise

Para conduzir esse estudo a escolha do limite de idade na classificação do idoso (acima de 60 anos) baseia-se nos critérios da Organização Mundial da Saúde (OMS) para países em desenvolvimento¹¹ e, também, na maioria dos trabalhos brasileiros mencionados durante a revisão de literatura¹².

Das 16.013 unidades domiciliares, cerca de 3.664 apresentavam idosos, o que corresponde a 23%. Do total da amostra com 46.393 indivíduos, cerca de 9% apresentava mais de 60 anos (idosos), i.e., 4.320 indivíduos. Dentre estes, a maioria era de baixa escolaridade (65% tinha menos de quatro anos de estudo), e apenas 6% possuía mais de 11 anos de estudo.

Na Tabela 2, está apresentada a posição social do idoso na família para três faixas etárias (60 a 64 anos, 65 a 69 anos e 70 ou mais). Pode-se perceber que a maioria dos homens (acima de 60 anos), no total das três

¹¹ (Marangone Camargo, 1988, p.450), (Camarano & Medeiros, 1999, p.5) e **Active Ageing**: a policy framework. <http://www.who.int/hpr/ageing/ActiveAgeingPolicyFrame.pdf> (26/06/2002).

¹² Para mais detalhes sobre o conceito do idoso, ver: CAMARANO, A.A.; MEDEIROS, M. Introdução. In: **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.4.

faixas, é considerado chefe, i.e., cerca de 89,1%. Quanto às mulheres, cerca de 41,6% é considerada chefe. Observa-se, também, que à medida que aumenta a idade, tanto para idosos como para idosas, cresce a sua participação na posição de parente, provavelmente, por acabarem residindo na casa dos filhos, dada a situação de viuvez. Das mulheres da faixa etária de 60 a 64 anos, cerca de 13% é considerada parente e da faixa etária de mais de 70 anos, 34,7%.

Tabela 2. Distribuição percentual da posição do idoso no domicílio com relação às três faixas etárias segundo o sexo para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.

	faixa etária			Total
	60 - 64	65 - 69	70 - mais	
Homem				
Chefe	91,74	92,31	84,88	89,11
Cônjuge	2,21	1,39	1,76	1,80
Parente	5,65	6,19	13,21	8,87
Outros*	0,40	0,11	0,16	0,22
	100,00	100,00	100,00	100,00
Mulher				
Chefe	39,97	42,45	42,11	41,58
Cônjuge	46,40	40,43	22,50	34,16
Parente	12,96	16,13	34,66	23,48
Outros*	0,67	0,99	0,73	0,78
	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

*agregado, empregado etc.

3.3 Modelo Proposto

Para comparar o consumo das famílias que possuem idosos com o daquelas que não possuem, adotou-se, neste estudo, o modelo *Lógite*. Este modelo é adequado para o caso em que a variável dependente (Y) tem natureza dicotômica, i.e., assume valores 0 e 1. Pressupõe-se que determinadas variáveis, como: idade, sexo, renda, estado civil, raça, tamanho da família etc., influenciam a decisão de “consumir” ou “não consumir” tal produto.

Dados o vetor x de variáveis exógenas que explicam a decisão da família, e os parâmetros b que refletem o impacto de mudanças em x na probabilidade, tem-se que:

$$\Pr(Y = 1) = F(\mathbf{b}'x) \quad (1)$$

$$\Pr(Y = 0) = 1 - F(\mathbf{b}'x) \quad (2)$$

Neste caso, define-se a esperança de Y (variável dependente) como sendo:

$$E(Y) = \Pr(Y = 1) = F(\mathbf{b}'x) \quad (3)$$

onde $F(\cdot)$ é a função de distribuição logística expressa como:

$$F(\mathbf{b}'x) = \frac{1}{1 + e^{-(\mathbf{b}'x)}} \quad (4)$$

A estimação dos parâmetros é, então, feita utilizando-se o método de máxima verossimilhança, em que a função de verossimilhança é dada por:

$$\Pr(Y_1 = y_1, Y_2 = y_2, \dots, Y_n = y_n) = L = \prod_{i=1}^n [F(\mathbf{b}'x_i)]^{y_i} [1 - F(\mathbf{b}'x_i)]^{1-y_i} \quad (5)$$

ou na forma logarítmica:

$$\ln L = \sum_{i=1}^n [y_i \ln F(\mathbf{b}'x_i) + (1 - y_i) \ln(1 - F(\mathbf{b}'x_i))] \quad (6)$$

Os parâmetros são estimados por métodos não lineares, derivando-se a equação acima com relação a \mathbf{b} e igualando a expressão a zero.

3.3.1 Efeitos Marginais

Observe que o efeito que uma mudança em x causa na probabilidade de $Y=1$ não é \mathbf{b} , mas, sim, a função de densidade da distribuição logística (f) vezes \mathbf{b} , isto é:

$$\frac{\partial E(Y)}{\partial x} = f(\mathbf{b}'x)\mathbf{b} \quad (7)$$

o qual é denominado efeito marginal¹³.

¹³ Greene (1997).

4 ANÁLISE PRELIMINAR DOS DADOS

4.1 Origem da renda dos idosos

4.1.1 Renda mensal

A Tabela 3 mostra que, para as três faixas salariais consideradas nas onze áreas de pesquisa da POF 1995/96¹⁴ (Região Metropolitana de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém mais o município de Goiânia e o Distrito Federal), grande parte da renda dos idosos, cerca de 60% em média, provém do benefício previdenciário da aposentadoria. Com a universalização dos direitos sociais a partir da Constituição de 1988, estendeu-se o valor do benefício mínimo a um salário mínimo¹⁵. Nesse caso, o aumento do valor da aposentadoria serviu para substituir a precária renda proveniente do trabalho, principalmente nas classes salariais inferiores, pois o grupo de pessoas enquadradas nessas classes, possui baixa instrução escolar e exerce trabalhos provavelmente manuais, que não exigem alta qualificação, o que dificulta a permanência no mercado de trabalho devido à frágil capacidade física dos mais velhos.

Existem, também, idosos que exercem atividades laborais. Para os homens que recebem até dois salários mínimos, cerca de 11,16% e 13,45% do recebimento mensal originam-se da atividade por conta própria e como empregado, respectivamente.

Wajnman et al. (1999) observaram que, em geral, os idosos que exercem atividades por conta própria são os que mais demoram para deixar a

¹⁴ Nos anexos, estão as tabelas com a distribuição percentual dos recebimentos para cada área de pesquisa da POF 1995/96.

¹⁵ Em 1981, no Nordeste, aproximadamente 60% dos homens idosos ganhavam menos de um salário mínimo mensal, no Sudeste, 33,5%. Em 1998, estas proporções passaram para 9,3% e 7,2% (Camarano & Pascom, 2000).

atividade laboral. Também alertam que a intensidade com que os idosos, em geral, são inseridos de volta ao mercado de trabalho depende muito da carência na renda familiar. Os mesmos autores, analisando os dados da PNAD 97, constataram que os rendimentos dos homens de 60 a 64 anos correspondiam a 65% da renda familiar. Desses 65%, 36% eram provenientes do trabalho do próprio idoso, e o restante, da aposentadoria e outros ganhos. Outro fato observado é que, mesmo envelhecendo, o indivíduo não diminui sua participação relativa na renda familiar. Como explicação, observa-se que, com o passar dos anos, aquele que se encontra numa posição econômica inferior dificilmente conseguirá mudar para uma classe social superior, a não ser em casos extremamente raros, com ganhos obtidos em jogos ou apostas, já que não tem mais a mesma condição física e intelectual.

Observou-se, ainda, para as três faixas salariais, que há mais mulheres do que homens recebendo recursos originários de aluguel. Cerca de 10,76% do total dos proventos destinados às mulheres idosas, com mais de cinco salários mínimos, eram provenientes da renda do aluguel, contra 6,56% para os idosos homens. Nesse caso, poderiam ser idosas viúvas que vão morar com seus filhos, e, assim, alugam suas próprias casas para a moradia de outras famílias como forma de complementar a renda.

Tabela 3. Distribuição (%) do recebimento mensal de pessoas idosas (mais de 60 anos) para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.

Recebimento mensal	Salário Mínimo					
	(0 - 2]		(2 - 5]		(5 - mais)	
	homens	Mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
Empregado	13,45	8,32	14,78	8,03	12,39	3,70
Empregador	0,04	0,03	1,01	0,00	12,13	3,12
Conta própria	11,16	6,04	13,42	9,76	14,71	5,81
Aposentadoria*	67,50	71,87	60,55	60,04	53,67	69,40
Pensão	2,56	8,58	1,56	12,51	0,53	7,21
Aluguel	2,75	4,03	8,61	9,65	6,56	10,76
Auxílios**	2,55	1,13	0,06	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* públicas + privadas

** Moradia, transporte e combustível

Ao analisar os recursos destinados às mulheres idosas, uma observação torna-se necessária. No caso do benefício da aposentadoria, este pode ser originário de pensões deixadas pelos maridos, i.e., pode ocorrer uma ligeira confusão em distinguir aposentadoria e pensão por parte da entrevistada na hora de responder ao questionário da pesquisa. Wajnman et al. (1999) também recomendam cautela ao analisar discriminadamente pensões e aposentadorias para as mulheres.

Com relação ao trabalho do idoso durante a década de 80, Prata (1990), analisando dados da PNAD 1983, mostrou que 50% da população ocupada acima dos 60 anos exercia atividades laborais classificadas como conta própria, 40% era empregado com carteira assinada, 7,3% era considerada empregador e 4,0% não possuía nenhuma remuneração.

Camarano & Pascom (2000), analisando os dados da PNAD de 1998, mostraram que 50% e 40% da População Economicamente Ativa idosa (mais de 60 anos) era constituída por aposentados que trabalhavam, no Nordeste e Sudeste, respectivamente. No entanto, a queda da participação do idoso no mercado de trabalho é bastante rápida, à medida que avança sua idade. Os autores observaram que 70% dos idosos homens do Nordeste e 43,2% dos idosos do Sudeste exerciam o trabalho por conta própria, e cerca de 20,6% no Nordeste e 38,1% no Sudeste eram empregados. Foi observado, na PEA idosa, 54,3% de mulheres no Nordeste e 43,4% no Sudeste como trabalhadoras com vínculo empregatício e/ou que exerciam serviços por conta própria. Foi constatado, também, que o aposentado nordestino que trabalhava ganhava, em média, R\$ 205,35 a mais do que o que não trabalhava, enquanto, no Sudeste, essa diferença chegou a R\$ 894,61 em 1998.

Ainda com relação ao trabalho do idoso, Carrera-Fernandez & Menezes (2000), estudando o contingente de pessoas com mais de 60 anos na região metropolitana de Salvador através da Pesquisa Mensal de Emprego, entre julho de 1996 e dezembro de 1998, concluíram que o salário-hora é a variável mais importante na explicação da probabilidade de o indivíduo voltar ao mercado de trabalho. Segundo os autores, com um salário-hora baixo, o

resultado reforça a hipótese de o indivíduo voltar ao mercado mais pela necessidade de dinheiro do que pela terapia ocupacional.

Outro aspecto que pode influenciar a atividade laboral dos idosos é a agregação domiciliar de parentes. Camarano & El Ghaouri (1999), analisando as PNADs de vários anos, perceberam que, nas famílias que ganham até três salários mínimos, a proporção de parentes ou agregados menores de 14 anos passou de 6% em 1991, para 7,5% em 1997 e, nas famílias com renda mais alta, esses números passaram de 1,7% para 2,8% nos mesmos períodos citados. O aumento de mulheres jovens com filhos no domicílio leva, de certa forma, o idoso a trabalhar para garantir o sustento da família.

A tabela 4 apresenta a distribuição percentual dos recebimentos mensais, considerando os idosos em três faixas de idade (60-64, 65-69 e 70 e mais) para todas as áreas da pesquisa da POF 1995-96¹⁶. Conforme o esperado, observa-se que, à medida que aumenta a idade, aumenta a participação da aposentadoria nos rendimentos mensais dos idosos e diminuem os rendimentos oriundos do trabalho, devido ao aumento da fragilidade física. Esse é fato observado para homens e mulheres. Com relação aos homens idosos mais novos, entre 60 e 64 anos, cerca de 51,82% dos rendimentos é proveniente do trabalho e 40,89% é originário da aposentadoria. Isso mostra que o idoso dessa faixa etária ainda encontra-se em intensa atividade laboral. Já para os homens acima dos 70 anos, de todas as modalidades de rendimentos mensais, apenas 20,2% é proveniente do trabalho. A aposentadoria representa 71,46%.

Para as mulheres idosas, entre 60 e 64 anos, o trabalho é responsável por 32,74% e a aposentadoria corresponde a 53,04% dos rendimentos mensais. Observa-se, também, que, a partir dos 65 anos, a mulher idosa deixa de receber rendimento oriundo do trabalho (muitas vezes devido à discriminação) e passa a acumular em maiores parcelas rendimentos de pensão e aluguel acarretados pela condição de viuvez, já que as mesmas

¹⁶ No anexo está as tabelas com a distribuição percentual dos recebimentos individuais conforme a faixa etária para cada área de pesquisa da POF 1995/96 (ver anexo A).

apresentam uma expectativa de vida maior que a dos homens. Observa-se, por exemplo, que para as idosas entre 65 e 69 anos, apenas 11,71% dos seus rendimentos mensais é oriundo do trabalho e 65,46%, da aposentadoria. Com relação à pensão e aluguel, 8,07% e 14,43%, respectivamente. Para as mulheres com mais de 70 anos, aposentadoria representa 77,93% dos recebimentos mensais.

Tabela 4. Distribuição percentual segundo a origem do recebimento mensal dos idosos conforme a faixa etária (60-64, 65-69 e 70 e mais) para todas as áreas de pesquisa da POF 1995/96.

	60 - 64	65- 69	70 - mais
Homem			
Trabalho*	51,82	45,85	20,20
Aposentadoria**	40,89	46,54	71,46
Aluguel	5,45	7,01	7,73
Pensão	1,38	0,32	0,59
Auxílio***	0,46	0,28	0,01
Total	100,00	100,00	100,00
Mulher			
Trabalho*	32,74	11,71	3,99
Aposentadoria**	53,04	65,46	77,93
Aluguel	7,64	14,43	7,48
Pensão	6,14	8,07	10,51
Auxílio***	0,45	0,33	0,09
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

O rendimento do trabalho do idoso é muito importante para melhorar a sua condição de vida e a de seus parentes. Entretanto, é a aposentadoria que vem correspondendo a uma importante medida de bem estar para os idosos, independente da sua categoria social (Barros et al., 1999). Seria interessante propor um valor de benefício que, de certa forma, suprisse as necessidades financeiras dos aposentados ou dos idosos, fazendo com que estes não mais precisassem exercer qualquer atividade laboral. Isso facilitaria, talvez, a entrada dos jovens no mercado de trabalho através da liberação de postos de trabalho.

Porém, essa discussão é demasiadamente complicada e deveria ser alvo de mais estudos no futuro. Nos Estados Unidos, por exemplo, Fuchs (1998) analisou dados sobre as origens das principais fontes de renda em famílias que apresentam somente idosos (65 anos ou mais) nos anos de 1975, 1985 e 1995. O autor mostra que não houve grandes variações nas respectivas fontes durante os anos analisados, e, em média, cerca de 12% da renda do idoso é proveniente do trabalho. No entanto, observa-se que os Estados Unidos, durante o período citado pelo autor, não atravessou grandes crises de desemprego em função do aumento de tecnologia e outros fatores sócio-econômicos, como se observa na maioria dos países da Europa, Ásia e América Latina.

4.1.2 Movimentação de ativos financeiros

Em relação aos ativos financeiros (poupança, fundo de aplicação, ações, ouro, moedas estrangeiras, etc.), a tabela 5 mostra a distribuição percentual da movimentação de ativos, considerando as aplicações e resgates para as onze áreas de pesquisa da POF em três faixas salariais. Com relação aos idosos homens, 85% da movimentação com aplicações foram executados por aqueles que possuem rendimentos mensais de mais de cinco salários mínimos e em relação às outras duas faixas salariais consideradas. As mulheres, nessa faixa salarial, foram responsáveis por 67,9% das aplicações em relação às outras faixas.

Observe que cerca de 22,63% do volume aplicado foi realizado por mulheres que recebem menos de dois salários mínimos em relação às outras faixas. Na faixa salarial entre 2 e 5 SM, as mulheres aplicaram apenas 9,47% com relação às outras faixas salariais, no entanto, resgataram cerca de 40,42%. Esse valor é próximo do das mulheres que possuem acima de cinco salários mínimos que resgataram 48,65%.

Ao observar a distribuição percentual dos idosos homens percebe-se que com o aumento da faixa salarial, aumentam os percentuais referentes às aplicações e resgates, o que é esperado. Para as mulheres, como descrito no final do parágrafo anterior, não se observa esta homogeneidade.

Tabela 5. Distribuição (%) de ativos financeiros (poupança, fundos, ações e outros) dos homens e das mulheres (mais de 60 anos) para as áreas de pesquisa da POF 1995/96 de acordo com a faixa salarial.

Movimentação financeira		Salário Mínimo			Total
		(0 - 2]	(2 - 5]	(5 - mais]	
Homens	Aplicação	4,64	10,33	85,03	100,00
	Resgate	8,43	16,63	74,94	100,00
Mulheres	Aplicação	22,63	9,47	67,90	100,00
	Resgate	10,93	40,42	48,65	100,00

Fonte: IBGE (1998)

A tabela 6 mostra a movimentação financeira em diferentes faixas de idade (60 – 64, 65 – 69 e 70 e mais) para todas as áreas de pesquisa da POF 1995/96 de acordo com o sexo¹⁷. Ao analisar tendo como base o tipo de movimentação entre as faixas, observa-se que cerca de 46,77% e 51,22% referentes à aplicação e resgate foram feitos pelos homens com mais de 70 anos, respectivamente. Já as mulheres com mais de 70 anos responderam pela maior parcela do volume de aplicações com cerca de 40,28% em relação às outras duas faixas de idade consideradas. Com relação ao volume de dinheiro resgatado as mulheres que possuem entre 60 e 64 anos corresponderam por 48,60%, seguido daquelas com mais de 70 anos (35,49%) e daquelas entre 65 e 69 anos com 15,91%.

¹⁷ No anexo está as tabelas com a distribuição dos ativos financeiros conforme a faixa etária para cada área de pesquisa da POF 1995/96 (ver anexo B).

Tabela 6. Distribuição (%) de ativos financeiros (poupança, fundos, ações e outros) em três faixas etárias (60 a 64 anos, 65 – 69 anos e 70 ou mais) de acordo com o sexo para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	28,27	24,96	46,77	100,00
	Resgate	33,94	14,84	51,22	100,00
Mulher	Aplicação	24,18	35,53	40,28	100,00
	Resgate	48,60	15,91	35,49	100,00
	Total	32,93	21,82	45,25	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Neri et al. (1999) utilizaram dados da pesquisa da Associação Brasileira de Crédito e Poupança (Abecip) de 1987 e mostraram que 52% dos indivíduos com mais de 50 anos tinham, como principal objetivo abrir uma caderneta de poupança para uma eventual emergência, enquanto 28,3% pretendiam economizar para o futuro. Os demais objetivos foram: não deixar desvalorizar o dinheiro (20,14%), obter rendimentos (18,47%) e para economizar a fim de comprar imóveis, viajar etc.. Numa outra pergunta, como principal objetivo para uma eventual retirada de dinheiro, 46% responderam que era para completar o orçamento, 24,7% para emergência, 7,66% para viagem e lazer e os demais para compra de carro, imóveis, aplicação em outro investimento, aluguel, educação de filhos, etc..

Conforme descrito em revisão de literatura, os idosos da maioria dos países é fortemente dependente da aposentadoria para viver. No entanto, com relação às outras fontes de renda, sabe-se que os jovens e adultos poupam para garantir seu padrão de vida no futuro. Essa hipótese, segundo a teoria econômica, baseia-se na Teoria do Ciclo de Vida desenvolvida por Modigliani (Dornbush & Fischer, 1991). Essa está centrada no indivíduo que passa sua vida planejando seu comportamento de consumo e poupança e, de certa forma, tentando recompensar os gastos tidos na infância, poupando para, no futuro, manter o mesmo nível de vida que teve durante o período de sua atividade laboral. Na Figura 8, aparece a evolução da renda familiar *per capita* média segundo a idade dos componentes da família, para as áreas de

pesquisa da POF 1995/96. Nota-se que, com o avanço da idade, a renda familiar *per capita* aumenta. Isso, segundo Barros et al. (1999), até os 60 anos, deve-se ao aumento da riqueza e do trabalho proveniente do acúmulo de experiência. Acima de 60 anos, o comportamento da renda não foi tão claro, pois, apresentou considerável discrepância de altos e baixos entre as observações.

Pode-se observar, também, que, ao comparar as rendas entre as áreas, as regiões metropolitanas da região Nordeste apresentam uma renda familiar média *per capita* inferior às demais.

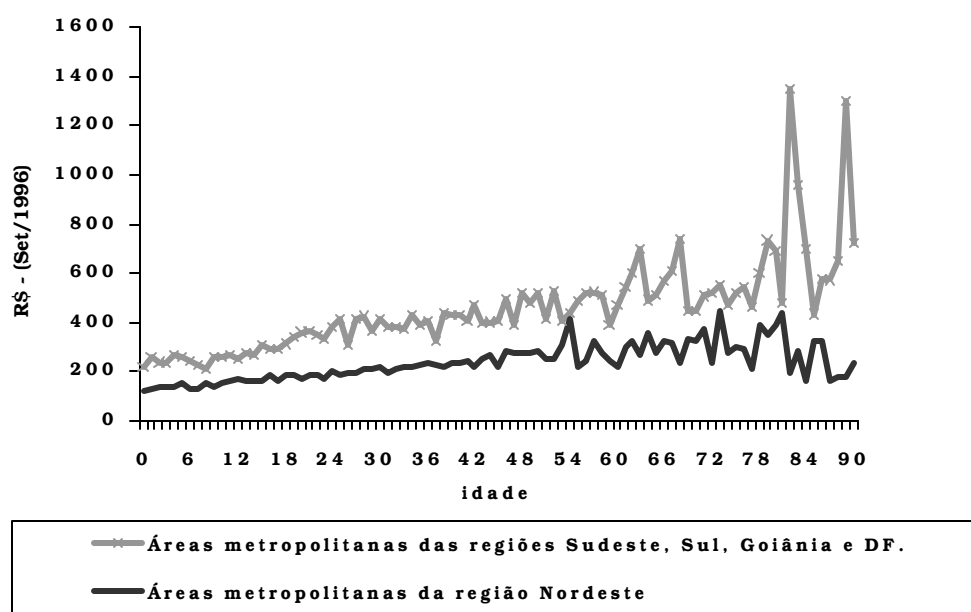


Figura 8 - Evolução da renda familiar *per capita* média segundo a idade para as áreas de pesquisa da POF 1995/96 referente às quatro regiões brasileiras¹.

Fonte: IBGE (1998)

¹ Baseado em Barros et al. (1999)

4.2 As despesas dos idosos nas áreas de pesquisa da POF 1995/96

As estatísticas sobre os gastos dos idosos referem-se às informações do dispêndio pessoal de cada um. São apresentadas despesas

para cada agregado de consumo disposto pela POF. Os agregados incluem despesas pessoais com o lar, com comunicação, transportes, alimentação fora de casa, derivados de fumo, jogos, lazer, produtos farmacêuticos, roupas, viagens, serviços de saúde, imóveis, educação e outras despesas (ver anexo C).

A Tabela 7 apresenta a distribuição percentual das despesas individuais dos idosos, de acordo com cada faixa de renda, em 1996, para todas as áreas da pesquisa da POF. Além dos recebimentos mensais, foram somadas diversas fontes de rendimentos não-salariais como 13º salário, FGTS, resgate de ativos, etc¹⁸. Observa-se que as principais despesas efetuadas pelos idosos, tanto homens como mulheres, estão relacionadas com a sua saúde. Na faixa de rendimento de até dois salários mínimos, cerca de 33,20% e 24,38% do total dispendido foram gastos em produtos farmacêuticos por idosas e idosos, respectivamente, enquanto o gasto com serviços de saúde para esta faixa de rendimento foi de 6,01% para homens e 9,37% para mulheres. Percebe-se, que, aumentando o rendimento, diminui a participação relativa dos produtos farmacêuticos e aumentam os gastos com serviços de saúde. Para idosos e idosas com rendimentos superiores a cinco salários mínimos, cerca de 4,72% e 8,20% foram efetuados com produtos farmacêuticos, enquanto gastos com serviços de saúde foram de 13,86% e 21,28%. Os indivíduos que estão em melhor condição financeira utilizam serviços de saúde particulares mantendo a saúde preventiva e, diminuem assim, a frequência de aquisição de medicamentos para algum problema de saúde já estabelecido.

Ocké Reis (2000), analisando detalhadamente os dados de consumo que compõem os agregados de saúde (produtos farmacêuticos e serviços de saúde) da POF 1995/96, mostrou que os gastos dos idosos (mais de 60 anos) concentravam-se, primeiramente, em remédios e planos de saúde empatados em relação ao total (em média, 40%), seguidos de gastos com profissionais de saúde (em média, 28%), óculos (em média, 6%), prestadores hospitalares e serviços terapêuticos representando, em média, cerca de 4%

¹⁸ Os rendimentos não-salariais citados, já deflacionados (período de referência = 15/09/1996), foram todos somados e divididos por doze. Em seguida, foram convertidos em salários mínimos (SM = R\$112,00) e somados novamente, dessa vez aos recebimentos mensais.

cada um. O autor, entretanto, não analisou este dispêndio desagregando por renda ou classes de recebimento.

Evidentemente, com o avanço da idade biológica, a debilitação das condições físicas deixa as pessoas mais vulneráveis, aumentando a demanda por medicamentos e, principalmente, por serviços públicos nos setores de saúde (Saad, 1990). Por outro lado, Camarano & El Ghaouri (1999) e Nunes (1999) apontam que, com o aumento da esperança de vida, pode ocorrer melhora das condições de saúde dos idosos, o que possibilita aumento de consumo de outros bens e serviços que não os de saúde.

Tabela 7. Distribuição percentual de despesas dos homens e mulheres (mais de 60 anos) segundo a classe de rendimentos para as áreas de pesquisa da POF 1995/96¹.

Natureza da despesa	Salários mínimos					
	[0 - 2]		(2 - 5]		(5 - mais)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Produtos farmacêuticos	24,38	33,20	17,22	19,95	4,72	8,20
Serviços de Assis. à Saúde	6,01	9,37	18,20	25,85	13,86	21,28
Pessoais ²	7,59	10,98	6,90	13,14	4,76	11,28
Roupas ³	2,91	4,79	2,23	6,05	1,91	4,09
Lazer ⁴	2,62	1,80	1,60	1,27	3,48	1,59
Jogos e apostas	4,95	3,58	5,05	2,31	1,07	0,33
Comunicação e transporte	15,12	9,75	14,98	8,58	7,90	6,63
Alimentação fora de casa	14,54	7,36	7,06	3,40	7,68	4,60
Fumo	7,51	4,36	5,28	1,71	0,73	0,81
Viagens	2,41	2,64	5,32	1,70	5,02	4,90
Lar ⁵	1,03	2,69	1,04	3,31	0,34	1,20
Educação	1,16	1,17	1,09	2,02	3,88	2,71
Outros imóveis	0,29	0,91	0,93	0,33	17,72	14,93
Outras despesas ⁶	9,64	7,40	12,63	10,39	26,93	17,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

¹ Foram utilizados somente idosos que declaram ter alguma fonte de rendimento.

² Inclui artigos de toucador, serviços pessoais, bolsas, calçados, cintos, jóias, artigos de papelaria, livros não didáticos, brinquedos e materiais de recreação e outras despesas.

³ Inclui roupas de homens, mulheres e crianças.

⁴ Leitura, diversão e esportes.

⁵ Inclui artigos de armarinho, utensílios domésticos e artigos de copa, cozinha, cama, mesa e banho.

⁶ Serviços de cartório, profissionais liberais, festas, cerimônias religiosas e despesas com automóveis.

Muitos dos itens dispendidos reforçam a hipótese da participação do idoso agindo como assistencialista com os parentes mais próximos, seja com o cônjuge, filhos ou netos na manutenção do lar. De acordo com

Camarano & Pascom (2000), a transferência de apoio intergeracional assume cada vez mais o caráter bidirecional em que não só os jovens auxiliam os mais velhos, mas também os mais velhos ajudam os mais jovens. Crises econômicas recentes, principalmente o desemprego, atinge em maior grau a população mais jovem. Na Tabela 7, observa-se, por exemplo, que 7,48% das despesas das mulheres idosas, que recebem até dois salários mínimos de rendimentos, foram dispendidos com itens de manutenção do lar e aquisição de roupas (homens, mulheres e crianças)¹⁹. Esse tipo de despesa é comum ficar sob a responsabilidade da mulher, idosa ou não, já que é ela a que mais exerce atividades domésticas. O homem idoso chefe de domicílio contribui com dinheiro e com outros tipos de gastos, como educação de filhos e netos, lazer, viagens etc..

Existe uma parcela considerável dos gastos dos idosos com comunicação e transporte e alimentação fora de casa. A tabela 7 mostra que os homens idosos, com fontes de zero a dois e de dois a cinco salários mínimos, gastam, aproximadamente, 15% do seu dispêndio total com comunicação e transporte, enquanto as mulheres gastam em torno de 9%. Para aqueles que ganham mais de cinco salários mínimos, o gasto com este grupo foi de cerca de 7,90% para os homens e 6,63% para as mulheres. O agregado transporte inclui despesas com ônibus, metrô, combustível e etc.. Os idosos mais pobres necessitam trabalhar para complementar a renda familiar e portanto, gastam mais com locomoção²⁰ e alimentação fora do domicílio em função de, geralmente, trabalharem distante de suas residências.

Fuchs (1998), ao analisar o dispêndio dos idosos americanos (mais de 65 anos), mostrou que, em 1995, cerca de 9 mil dólares por pessoa foram gastos em cuidados médicos e 11 mil dólares da renda disponível foram dispendidos em outros bens e serviços. Observou-se que os gastos com saúde ocupam boa parte da renda disponível dos idosos. O mesmo autor, analisando

¹⁹ 7,48% corresponde à soma dos dois agregados de consumo citados (lar + roupas).

²⁰ A lei Nº 3.651 de 1997 dispõe sobre o estatuto do idoso. O Art. 44 cita: "Aos maiores de sessenta anos fica assegurada a gratuidade nos transportes coletivos públicos, urbanos e semi-urbanos." (<http://www21.brinkster.com/forumpneirj/>)

dados de 1997, mostrou que 35% do consumo total dos idosos foi com cuidados médicos e 65% com outros bens e serviços (Fuchs, 2001).

4.3 Comparação das despesas das famílias com idosos e famílias sem idosos nas áreas de pesquisa da POF 1995-96

Neste item, serão analisados, apenas, agregados com os dispêndios *per capita* não-alimentares (exceto alimentação fora do domicílio) para famílias com idosos e sem idosos. Nesta seção, restringiu-se o universo da análise às famílias que possuem pelo menos um idoso e as famílias que não possuem idosos.

As famílias com idosos e sem idosos das regiões metropolitanas de Curitiba e Porto Alegre foram as que apresentaram o maior dispêndio *per capita* mensal, superior a R\$ 200 e R\$ 150 por mês, respectivamente. Os menores dispêndios foram os das famílias com idosos e sem idosos residentes nas regiões metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Belém, apresentando gastos médios de R\$ 90,00 por mês para ambas as estruturas familiares.

A tabela 8 apresenta a distribuição percentual de despesas das famílias que possuem pelo menos um idoso e das que não possuem. Não foram observadas grandes variações entre as diferentes estruturas familiares, apenas o dispêndio com serviços de saúde e produtos farmacêuticos da família que possui idoso apresentou-se superior (entre 3 e 5 p.p.) ao da família não-idosa. Também, não se observaram grandes variações nos dispêndios das famílias no âmbito regional. Observou-se, por exemplo, que o percentual gasto em produtos farmacêuticos pelas famílias idosas, nas metrópoles da região Sudeste, também foi semelhante ao percentual das outras regiões. Esse fato ocorreu para a maioria dos agregados de consumo. Algumas exceções ocorreram como o gasto com viagens. Cerca de 10% do orçamento familiar foi dispendido, nesse agregado, no Distrito Federal e Goiânia; nas áreas metropolitanas das demais regiões, estava em torno de 3 e 5 p.p.

Tabela 8. Distribuição percentual das despesas das famílias que possuem idosos e das que não possuem idosos, segundo as áreas de pesquisa das POF 1995/96¹.

Tipo de despesa	Áreas metropolitanas						Goiânia e	
	Região Sudeste		Região Nordeste		Região Sul		Distrito Federal	
	idosa	não idosa	idosa	não idosa	idosa	não idosa	idosa	não idosa
Produtos farmacêuticos	8,0	5,8	8,7	4,9	8,0	5,3	8,4	5,2
Serviços de Assis. Saúde	13,6	8,9	13,0	7,9	12,2	7,7	11,3	8,8
Pessoais ²	10,2	11,1	12,8	13,2	10,9	12,6	12,9	12,4
Roupas ³	4,9	6,2	6,9	7,9	11,6	8,8	7,4	8,4
Lazer ⁴	4,2	5,3	3,9	4,2	3,9	6,0	4,2	4,2
Jogos e apostas	1,2	0,9	0,9	0,7	1,1	0,6	2,5	0,8
Comunicação e transporte	13,2	15,6	13,2	15,1	8,7	13,1	11,1	14,7
Alimentação fora de casa	10,3	10,7	9,4	11,6	6,6	9,8	6,5	9,8
Fumo	2,3	3,0	1,9	2,2	2,2	2,8	1,3	1,4
Viagens	4,2	3,4	3,5	3,5	5,0	4,5	10,1	5,9
Lar ⁵	0,7	0,8	1,5	1,5	1,3	1,2	1,2	1,2
Educação	6,1	7,8	7,2	11,8	5,7	9,0	3,7	8,1
Outros imóveis	1,8	2,2	2,6	1,6	4,2	2,2	2,9	2,7
Outras despesas ⁶	19,2	18,3	14,6	14,1	18,5	16,3	16,3	16,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (1998)

¹ Foram utilizados somente indivíduos que declararam ter alguma fonte de rendimento.

² Inclui artigos de toucador, serviços pessoais, bolsas, calçados, cintos, jóias, artigos de papelaria, livros não didáticos, brinquedos e materiais de recreação e outras despesas.

³ Inclui roupas de homens, mulheres e crianças.

⁴ Leitura, diversão e esportes.

⁵ Inclui artigos de armarinho, utensílios domésticos e artigos de copa, cozinha, cama, mesa e banho.

⁶ Serviços de cartório, profissionais liberais, festas, cerimônias religiosas e despesas com automóveis.

Conforme o esperado, itens relacionados à saúde (produtos farmacêuticos e serviços de saúde) ocupam uma parcela considerável na estrutura de consumo das famílias que possuem um ou mais idosos. Em média, para as quatro regiões, foi gasto em torno de 8% do orçamento em produtos farmacêuticos. As famílias sem idosos gastaram em torno de 5%. Um diferencial maior correspondeu ao dispêndio com serviços de assistência à

saúde, ocupando 13%, em média, do total das despesas das famílias idosas, e 8%, em média das não idosas.

Outros dois itens que apresentaram alta proporção de gastos foram comunicação e transporte e alimentação fora de casa. Tanto para as famílias idosas, quanto para as não-idosas, estes dois agregados corresponderam, juntos, a mais de 20% do dispêndio familiar na maioria das regiões. O fato é explicado pelo aumento da participação no mercado de trabalho de quase todos os integrantes da família, principalmente as mulheres, aumentando assim os gastos com locomoção até o trabalho (ônibus, metrô, táxi, combustível, estacionamentos etc.) e de refeições realizadas em restaurantes e lanchonetes, características comuns de quem reside nas grandes cidades.

As despesas pessoais também ocupam uma parcela considerável dos gastos familiares variando entre 10 e 13% para todas as famílias.

Percebe-se que não houve grandes variações relativas dos gastos familiares observados na Tabela 8 com os dispêndios individuais dos idosos expostos na Tabela 7. Uma das conclusões é que a renda do idoso, aliada à sua condição de chefia, assume uma posição “hegemônica” dentro da família exercendo controle sobre as despesas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Espaço amostral e determinação das variáveis

Foram criados dois arquivos para análise, sendo um constituído de famílias (unidades de consumo) chefiadas por idosos com ou sem indivíduos não-idosos e outro com famílias sem nenhum idoso. O arquivo com idosos totalizou cerca de 2.911 observações, representando 18% de todas as observações da pesquisa. Das famílias que não possuem idosos, o arquivo contém 12.082 observações, representando 75,3% das 16.043 observações. Das demais observações da amostra total, cerca de 6,8% eram de famílias que possuíam idosos, mas que não eram chefes em seus domicílios e observações com valores perdidos.

Para a determinação da probabilidade de aquisição de cada agregado de consumo pelas famílias que possuem ou não idoso foram utilizadas as seguintes variáveis:

A variável dependente assume valor “1” se a família adquirir o item e “0” caso contrário. Os itens de consumo analisados correspondem a agregados relativos a produtos farmacêuticos, serviços de assistência à saúde, bens pessoais, derivados de fumo, roupas, comunicação e transporte, alimentação fora do domicílio, viagens e lazer²¹.

²¹ Foram selecionados os itens mais representativos da distribuição percentual das famílias que possuem idosos e das que não possuem, conforme exposto na Tabela 7. A composição dos bens e serviços para cada agregado está apresentada no Anexo C.

As variáveis independentes foram:

- a) Renda *per capita* familiar (RENPC) (obtida através da soma de todos rendimentos salariais²² de cada indivíduo e dividida pelo total de componentes da família)²³;
- b) Tamanho das famílias (TFAM) (número de componentes);
- c) Composição etária para as famílias com idosos: indivíduos com até 17 anos (FAIXA1) (omitida para evitar multicolinearidade perfeita), entre 18 e 30 anos (FAIXA2), entre 31 e 51 anos (FAIXA3), entre 52 e 64 anos (FAIXA4), entre 65 e 75 anos (FAIXA5), e mais que 76 anos (FAIXA6);
- d) Composição etária para as famílias sem idosos: indivíduos com até 17 anos (FAIXA1) (omitida para evitar multicolinearidade perfeita), entre 18 e 30 anos (FAIXA2), entre 31 e 41 anos (FAIXA3), entre 42 e 51 anos (FAIXA4), e entre 52 e 59 anos (FAIXA5);
- e) Chefe do domicílio trabalhando (valor 1 se trabalha e 0 se não trabalha)²⁴;
- f) Áreas de pesquisa da POF 1995/96²⁵, também na forma binária tendo como base a região metropolitana de São Paulo;
- g) Diferentes níveis educacionais do chefe do domicílio na forma de variáveis binárias, assumindo valor 1 para: menos de 4 anos de estudo (EDUC4) (omitida para evitar multicolinearidade perfeita), entre 5 e 8 anos de estudo (EDUC8), entre 9 e 11 anos de estudo (EDUC11), e mais que 12 anos de estudo completados ou não (EDUC14);

A média e o desvio-padrão de cada variável usada na estimação estão apresentados na Tabela 9.

²² Rendimento líquido proveniente das seguintes modalidades: empregado (privado, público e doméstico), empregador, conta-própria (permanente e eventual), aposentadoria ou pensão de instituto público ou privado, pensão alimentícia, aluguel, uso ou exploração de bens imóveis ou móveis, auxílios (alimentação, transporte e combustível).

²³ Não foi incluída a renda do empregado doméstico e do parente do empregado doméstico.

²⁴ Foram consideradas atividades laborais aquelas exercidas na condição de empregado (privado, público e doméstico), empregador e conta-própria (permanente e individual).

²⁵ Relembrando, a POF foi realizada somente na região metropolitana (RM) de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém e também no Distrito Federal e o município de Goiânia.

Observa-se que a renda mensal *per capita* da família na qual o idoso é chefe é maior (R\$572,80) do que em família sem nenhum idoso (R\$382,40). Essa diferença deve-se, possivelmente, a presença de parentes mais jovens morando com os idosos ou vice-versa aumentando assim a renda da família. Quase não existe diferença entre a renda média do chefe idoso (R\$773,00/mês) e a renda do chefe não-idoso (R\$788,76/mês), de acordo com os dados da POF.

Famílias sem idosos apresentam tamanho superior (cerca de 3,87) com relação as famílias com pelo menos um idoso (3,17).

Em média, o chefe idoso apresenta escolaridade inferior a outros chefes, refletida, principalmente, pelas baixas taxas de acesso escolar no passado. Cerca de 63% possui menos de 4 anos de estudo, 14% de 5 a 8 anos, 12% de 9 a 11 anos e apenas 9,6% possui 12 anos ou mais de escolaridade. Com relação ao chefe não-idoso, o nível de instrução melhora de forma significativa, isto é, cerca de 35% possui menos de quatro anos de estudo, 28% de 5 a 8 anos, 20% de 9 a 11 anos e 15% possui mais de 12 anos, sugerindo, que no futuro, o idoso estará mais instruído que nos dias atuais e que poderá apresentar um padrão de vida melhor.

Segundo a POF 1995-96, a região metropolitana (RM) de São Paulo possuía cerca de 15,8 milhões de habitantes, seguida da região metropolitana do Rio de Janeiro com 10 milhões, RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife com 3,17 milhões (média), RMs de Salvador, Fortaleza e Curitiba com 2,4 milhões (média) e finalmente a RM de Belém mais o Distrito Federal e Goiânia com, aproximadamente, 1,2 milhão (média) de habitantes.

A maioria das famílias com idosos chefes (62%) e sem idosos (57%) está localizada nas duas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Tabela 9. Média e desvio-padrão das variáveis.

Variáveis	Família com idoso		Família sem idoso	
	média	d.p.	média	d.p.
Renda <i>per capita</i>	572,8	29311,72	382,4	15270,32
Tamanho da família	3,17	59,91	3,87	50,45
Faixas etárias				
Faixa1 (até - 17)	0,27	12,63	0,74	12,20
Faixa2 (18 - 30)	0,33	13,57	0,58	13,71
Faixa3 (31 - 51)	0,36	13,80	-	-
Faixa3 (31 - 41)	-	-	0,51	13,91
Faixa4 (52 - 64)	0,46	14,32	-	-
Faixa4 (42 - 51)	-	-	0,35	13,29
Faixa5 (65 - 75)	0,57	14,21	-	-
Faixa5 (52 - 59)	-	-	0,16	10,36
Faixa6 (76 - Mais)	0,22	11,98	-	-
Trabalho do Chefe	0,30	13,20	0,91	7,78
Escolaridade do Chefe				
Educ4 (menos de 4)	0,63	13,32	0,35	13,33
Educ8 (entre 5 e 8)	0,14	10,21	0,28	12,58
Educ11 (entre 9 e 11)	0,12	9,33	0,20	11,21
Educ14 (mais de 12)	0,096	8,48	0,15	10,05
RM de São Paulo	0,34	13,59	0,35	13,26
RM do Rio de Janeiro	0,28	12,92	0,22	11,55
RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife	0,19	11,22	0,20	11,29
RMs de Salvador, Fortaleza e Curitiba	0,13	9,75	0,15	9,83
RM de Belém, Distrito Federal e Goiânia	0,06	6,56	0,08	12,73

5.2 O modelo e seus resultados

Nas Tabelas 10 e 11, são apresentados os efeitos marginais e os testes das equações propostas do modelo lógite para alguns dos agregados de consumo mais representativos das famílias que apresentam idosos e daquelas que não apresentam, respectivamente. Todas as equações foram ponderadas pelo fator de expansão da amostra.

Os resultados das equações de consumo de bens e serviços mostraram diferenças entre o comportamento das famílias que possuem idosos e daquelas que não possuem.

O teste do multiplicador de Lagrange, que testa se todos os coeficientes de inclinação são zero, foi altamente significativo para cada equação, indicando que as variáveis pré-escolhidas explicaram satisfatoriamente o consumo dos agregados analisados.

A seguir, serão comentados os resultados de acordo com cada variável (ou grupo de variáveis) utilizada(o) nas estimações.

5.2.1 A variável renda *per capita*

Pode-se observar que, para a maioria dos dispêndios analisados, o coeficiente da renda *per capita* foi significativo e positivo, indicando, de acordo com o esperado, que quanto maior a renda maior o consumo.

No entanto, para as famílias que possuem idosos, quanto maior a renda *per capita*, menor a probabilidade de adquirir produtos derivados do fumo. Isso pode estar refletindo possivelmente o fato de as famílias com idosos terem uma renda *per capita* média superior à das famílias sem idosos (ver tabela 7), conseqüência, possivelmente, de um maior nível de instrução dos membros não-chefes (variável não incluída nas equações) e, conseqüentemente, uma maior conscientização dos malefícios causados pelo fumo.

A variável renda só não se mostrou estatisticamente significativa a menos de 10% para despesas de lazer em famílias idosas.

5.2.2 A variável tamanho da família

Observou-se que o aumento do número de integrantes nas famílias aumenta a probabilidade de aquisição da maioria dos bens e serviços analisados. Apenas despesas com produtos farmacêuticos e serviços de saúde para as famílias idosas, e despesas com lazer, para ambas as estruturas familiares, tiveram os coeficientes não significativos.

Com relação aos bens e serviços analisados, constatou-se que nenhum deles se apresentou com característica de economia de escala, isto é, aumentando o tamanho da família diminui o consumo, como é observado para o consumo de bens duráveis, por exemplo.

A título de curiosidade, atualmente, em análises dinâmicas, revelam-se tendências de que o aumento do número de pessoas dentro de uma mesma família caracteriza-se mais pelo aumento dos (re)casamentos²⁶ do que pelo nascimento de filhos. Segundo Camarano et al. (1999), entre 1987 e 1997, houve uma diminuição relativa da faixa etária correspondente a indivíduos entre 0 e 9 anos nas famílias não-idosas, explicada pela queda das taxas de fecundidade. Porém, aumentou o número de indivíduos entre 40 e 49 anos, devido ao aumento das taxas de nupcialidade. Nas famílias idosas, observaram-se diminuições de indivíduos entre 0 e 4 anos no mesmo período. Segundo os autores, esse fato pode ter ocorrido devido às quedas de fecundidade de filhos que moram com os pais, ou, ainda, de idosos que teriam se recasado com mulheres mais jovens. Outro ponto a ser destacado é que, no período analisado, a proporção de filhos adultos (maiores de 21 anos) morando com os pais idosos passou de 19,5% para 21,6%.

²⁶ O termo corresponde aos casamentos de indivíduos já divorciados.

5.2.3 As variáveis faixas etárias

Os resultados indicam que, conforme o esperado, à medida que os indivíduos vão envelhecendo, aumenta a probabilidade de dispenderem com produtos e serviços relacionados à saúde. Todos os coeficientes das variáveis 'faixas etárias' das famílias com idosos e sem idosos mostraram-se positivos e significativos para o grupo de serviços de saúde, evidenciando que o gasto com serviço de saúde é maior para indivíduos nas diversas faixas etárias consideradas, com relação aos menores de 18 anos (variável omitida).

No caso dos gastos com produtos farmacêuticos, observou-se que indivíduos, a partir dos 30 anos, (FAIXA3 até FAIXA6), das famílias idosas, gastam mais em relação a indivíduos com menos de 18 anos (faixa omitida). Nas famílias não-idosas, o resultado mostrou-se significativo apenas para os indivíduos entre 52 e 59 anos (FAIXA5), isto é, essas pessoas demandam mais bens e serviços de saúde do que quando mais jovens. Para as faixas etárias mais baixas, FAIXA2 a FAIXA4, observou-se que os coeficientes para produtos farmacêuticos apresentaram sinais esperados, mas não foram significativos.

Rocha (1996), analisando dados da ENDEF 74/75 e POF 86/87, argumenta que com a carência dos serviços de saúde públicos através da dificuldade de atendimento, baixa qualidade e falta de infra-estrutura, as despesas com planos de saúde privados ganharam considerável importância no orçamento familiar.

Pessoas em idade avançada tendem a apresentar diversos problemas de saúde. Atualmente, os idosos constituem um importante segmento de mercado para as indústrias farmacêuticas. Em pesquisa realizada na cidade de São Paulo pela Universidade Federal de São Paulo (UFSP), foram entrevistadas e acompanhadas, desde 1991, cerca de 1.667 pessoas com mais de 65 anos da classe média, mostrando que os idosos, em média, tomam cerca de 2,66 remédios diferentes por dia. Esse número está um pouco abaixo da média americana de 3 remédios por dia (Formenti, 2000). De fato, a demanda elevada por medicamentos incentiva as farmácias a oferecerem descontos e a facilitarem o pagamento, proporcionando um consumo ainda maior de medicamentos.

Fuchs (1998) argumenta que, com o envelhecimento, os indivíduos começam a demandar mais cuidados com a saúde, e com isso acabam concentrando seus gastos mais nos agregados de saúde do que em outros bens e serviços. Tal autor, analisando o dispêndio dos idosos (mais de 65 anos), nos Estados Unidos, mostrou que os indivíduos com mais de 85 anos dispenderam, em média, cerca de 19 mil dólares em 1995 com cuidados médicos contra apenas cinco mil dólares com outros bens e serviços, e os indivíduos entre 65 e 74 anos, seis mil dólares de gastos em saúde e 13 mil dólares de gastos com outros bens e serviços. Proporcionalmente, os gastos exclusivos com cuidados de saúde são responsáveis por uma considerável fatia das despesas dos idosos.

A maioria das pessoas com mais de 75 anos apresenta-se com uma condição de saúde muito vulnerável em função das doenças crônico-degenerativas, como por exemplo, estrutura óssea debilitada, o que provoca um alto índice de acidentes, impedindo-os, muitas vezes, de realizarem certos tipos de atividade, como trabalhar, viajar, praticar esportes, ir a restaurantes, entre outras. Os resultados mostraram, conforme o esperado, que esses indivíduos (FAIXA6) possuem menor probabilidade de adquirirem itens de comunicação e transporte, alimentação fora do domicílio, roupas, derivados de fumo e viagens, do que os mais jovens. Em relação aos gastos com comunicação e transporte, é comum observar a reclamação por parte dos idosos da enorme dificuldade em utilizar ônibus coletivos. É injusta e discriminatória a imagem que a sociedade faz destas pessoas, rotulando-as, pejorativamente, de “velhas”. Inúmeras foram as reportagens, na mídia, sobre idosos ignorados pelos motoristas nos pontos de ônibus. Atualmente, pessoas acima de 60 anos têm passe livre em transportes coletivos e descontos nas passagens de ônibus intermunicipais e interestaduais em todo o país. Mas, ainda falta uma maior conscientização da população para que tenham mais atenção e cuidados.

Os resultados também evidenciaram que os indivíduos das FAIXAS 2,4 e 5 na equação com idosos e os das FAIXAS 3, 4 e 5 na equação de

não-idosos ocupam mais o seu tempo com atividades de lazer (leitura, diversão e esportes) do que os da FAIXA1.

Em geral, os indivíduos nas faixas etárias intermediárias, isto é, dos 20 aos 50 anos, apresentaram maiores despesas com roupas, viagens, comunicação e transporte, alimentação fora de casa e lazer, tanto nas equações das famílias com idosos como nas famílias sem idosos. Esses gastos são perfeitamente justificados, por se tratar de indivíduos em plena atividade laboral.

5.2.4 A variável trabalho do chefe²⁷

Observou-se que os chefes não-idosos que trabalham consomem mais bens de comunicação e transporte, alimentação fora do domicílio, bens pessoais e roupas do que os que não trabalham. Obviamente, se estão trabalhando é porque têm melhor saúde. Observou-se, também, que gastam menos com produtos farmacêuticos e mais com serviços de saúde, indicando que estão em melhores condições de saúde por realizarem, possivelmente, tratamentos preventivos por meio do uso de planos privados, tratamentos homeopáticos, “check-ups” etc..

Esperava-se que os idosos que trabalhassem apresentassem melhores condições de saúde e, portanto, pudessem apresentar também um comportamento de consumo de produtos farmacêuticos e serviços de saúde semelhante ao dos chefes não-idosos. Contudo, os coeficientes para estes dois grupos de consumo, apesar de negativos, não foram estatisticamente significativos a 10%. Segundo os dados da pesquisa nacional por amostra de domicílio (PNAD) de 1998, por exemplo, os chefes idosos ocupados e que residem nas áreas urbanas, cerca de 43,68% procuraram o atendimento

²⁷ Os dados da POF 95/96 mostram que a proporção de chefes nas famílias não-idosas corresponde a 78% de homens e 22% de mulheres, e para as famílias idosas, existem bem mais mulheres chefes (41%) em relação aos homens (59%). Essa situação é explicada pelo fato de existirem mais mulheres idosas sozinhas, principalmente em situação de viuvez do que homens. Estes, por sinal, encontram mais facilidade para se casar novamente com mulheres mais jovens (Camarano et al., 1999).

relacionado à saúde pelo motivo de exames de rotina ou de prevenção, 29,01% procuraram por motivo de doença e 27,32% procuraram pelos motivos referentes a problemas odontológicos, tratamentos ou reabilitações e acidentes ou lesões.

5.2.5 A variável escolaridade dos chefes

Analisando o nível de instrução dos chefes idosos e não-idosos na tentativa de explicar o consumo, observou-se que, aumentando o grau de escolaridade, aumenta a probabilidade de dispêndio da maioria dos agregados de consumo (variável EDUC4 omitida). Maior escolaridade está relacionada a um melhor nível sócio-econômico e, portanto, maior consumo. Entre os resultados, o mais interessante foi a constatação de menor probabilidade de dispendir com derivados de fumo por parte de indivíduos chefes não-idosos mais instruídos (variáveis EDUC11 e EDUC14), indicando que estão conscientizados dos graves problemas de saúde que cigarros, charutos, cigarrilhas, podem causar. Para os chefes idosos, os resultados para este grupo de consumo apenas apresentaram sinais negativos para as variáveis EDUC8 e EDUC11, mas os coeficientes não foram significativos.

Pode-se, também, observar que para os chefes idosos e não-idosos, quanto maior o nível de instrução, maior é a probabilidade de dispendir com serviços de saúde. Esse fato indica que estes indivíduos utilizam mais os convênios privados e médicos particulares do que os deficientes serviços de saúde públicos, já que têm maior conhecimento dos problemas enfrentados no serviço público de saúde e dos benefícios de bons tratamentos preventivos. Segundo os dados da pesquisa nacional por amostra do domicílio (PNAD) de 1998, no Brasil, mostraram que em famílias com chefes idosos com até 4 anos de escolaridade e cuja família tem renda *per capita* inferior a 300 reais por mês, 74% deles utilizaram os serviços públicos, enquanto em famílias cujo chefe idoso tem mais de 4 anos de escolaridade a utilização dos serviços públicos diminuiu para 58% .

Outras despesas comuns para aqueles que apresentam elevados níveis de instrução correspondem aos gastos com comunicação e transporte, alimentação fora do domicílio, lazer e produtos pessoais. Sabe-se que alguns hábitos de pessoas mais cultas relacionam-se à prática de esportes, hábitos de leitura (jornais e revistas) e viagens a lugares históricos, litorâneos e serranos.

Observa-se que os itens despesas com roupas e viagens diferem entre chefes idosos e não-idosos com mais escolaridade. Enquanto a elevação da escolaridade dos chefes não-idosos aumentou os gastos com viagens e roupas, de forma significativa, o mesmo não ocorreu para os chefes idosos. Neste caso, nos dois itens de consumo, os coeficientes de escolaridade foram não significativos, com exceção do nível mais alto de educação (EDUC14) no item viagens. Isso mostra que a idade é fator mais determinante do que a escolaridade.

Apesar de, no Brasil, os resultados indicarem que os chefes idosos viajam menos do que os não-idosos, nos Estados Unidos a realidade é outra. Segundo reportagem da Revista Veja (2000), indivíduos com mais de 50 anos ocupam cerca de 70% das vagas nos cruzeiros de luxo.

5.2.6 A localização geográfica das famílias

A análise da probabilidade de consumir das famílias com idosos e sem idosos deu-se conforme o tamanho populacional das áreas metropolitanas, Distrito Federal e de Goiânia pesquisados pela POF 1995-96. Essa escolha objetiva mostrar se o nível de urbanização e conurbação nas principais áreas metropolitanas do país exerce influência no comportamento de consumo das famílias com idosos e sem idosos de forma diferenciada. Segundo Fava (1982), um dos exemplos mais típicos refere-se ao aumento da despesa com transporte. A autora cita que este custo tende a aumentar devido ao aumento da distância entre a moradia e o trabalho e a inadequação do sistema de transporte urbano.

A inclusão da variável local de residência das famílias também visa controlar algumas diferenças sociais e culturais existentes entre elas.

Os resultados mostraram que tanto as famílias com idosos como as famílias sem idosos, para a maioria das áreas de pesquisa da POF, consomem mais com serviços de saúde do que a RM de São Paulo (variável omitida). Com relação aos gastos com produtos farmacêuticos, para ambas as estruturas familiares, os resultados mostraram-se semelhantes ao agregado serviços de saúde tendo como base a RM de São Paulo.

Azzoni et al., (2000), utilizando a metodologia dos dados regionais, obtiveram um índice de custo de vida que permite realizar comparações de preços entre as principais áreas urbanas do país no período de 1981 a 1999. Entre os resultados mais importantes, observaram que, a RM de São Paulo juntamente com a RM do Rio de Janeiro e Brasília estão entre os lugares mais caros para se viver. Na análise para cada agregado de consumo, o índice do grupo saúde apresentou-se bastante elevado para a RM de São Paulo com relação ao índice geral e com relação aos índices de saúde das outras áreas do país.

Comparando o resultado de Azzoni et al., (2000) com o resultado do modelo, pode-se supor que o elevado custo com saúde em São Paulo estimula as famílias a procurarem os serviços públicos, como o SUS, ao invés de dispenderem com os serviços privados. Apenas a variável “RMs de Salvador, Fortaleza e Curitiba”, cujo coeficiente foi negativo, mostrando que, nas famílias que possuem idosos, o consumo de produtos farmacêuticos foi inferior ao de famílias paulistas.

Observou-se que as famílias com idosos e sem idosos das oito regiões metropolitanas, Distrito Federal e Goiânia apresentam menores probabilidades de consumir transporte, comunicação e lazer do que as famílias idosas e não-idosas residentes na RM de São Paulo (variável omitida). Na tentativa de explicar esse fenômeno com relação à locomoção e telefonia, Azzoni et al., (2000) encontraram uma grande diferença entre os índices no grupo de transporte e comunicação, destacando-se significativamente e positivamente a RM de São Paulo com relação às outras áreas urbanas. Esse resultado indica que o elevado custo de vida em São Paulo é um importante

ônus nos gastos familiares, já que, a falta de concorrência do setor leva a falta de opção do transporte público.

As famílias com idosos e sem idosos para as oitos regiões metropolitanas, Distrito Federal e Goiânia apresentaram maiores probabilidades de consumir roupas e viagens do que a RM de São Paulo. Em relação ao item viagens, os resultados devem ser analisados com certo cuidado, pois, no questionário da Pesquisa de Orçamentos Familiares, os sub-ítem combustível para veículo e despesa com ônibus intermunicipal, por exemplo, encontram-se ora nos grupos de despesas com transportes e ora no grupo de despesas com viagens.

Com relação ao grupo de despesas com roupas, foram realizadas regressões agregando as regiões metropolitanas nas grandes regiões do Brasil. Por exemplo, a região Sul englobou as RMs de Curitiba e Porto Alegre, a região Sudeste com as RMs de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e assim por diante para as outras áreas de pesquisa. Os resultados obtidos foram semelhantes aos resultados apresentados no modelo proposto. Isto é, as famílias com idosos e sem idosos da região Sudeste tem menor probabilidade de adquirir roupas do que as famílias da região Nordeste (variável omitida). Poderia se esperar um resultado contrário, já que existe uma indústria têxtil forte na região Sudeste, principalmente na RM de São Paulo, e portanto, deveria haver economias de escala diminuindo os preços.

Quanto ao dispêndio com derivados de fumo, foi constatado menor probabilidade de consumir este item nas famílias com idosos das RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Belém do que nas famílias com idosos da RM de São Paulo. Nas famílias sem idosos, resultado semelhante foi observado apenas para a RM de Belém, Distrito Federal e Goiânia tendo como referência as famílias não-idosas de RM de São Paulo (variável omitida).

Tabela 10. Efeitos marginais da regressão de lógites para famílias com idosos.

Variáveis	Natureza da despesa								
	Produtos Farmacêuticos	Serviços de Ass. Saúde	Pessoais	Derivados de Fumo	Roupas	Comunicação e transporte	Alimentação fora do domicílio	Viagens	Lazer
Constante	-0,032 (1,06)	-0,426 (-10,60)*	-0,0041 (-0,24)	-0,339 (-11,11)*	-0,248 (-6,48)*	-0,179 (-4,84)*	-0,421 (-10,58)*	-0,487 (-16,49)*	-0,269 (-10,59)*
RENPC	0,000034 (2,98)*	0,000213 (8,68)*	0,000049 (4,32)*	-0,000022 (-1,76)***	0,000089 (6,29)*	0,000074 (4,87)*	0,00012 (7,41)*	0,000076 (7,71)*	-0,000013 (-1,69)***
TFAM	0,0092 (1,55)	0,0030 (0,44)	0,0181 (4,09)*	0,032 (5,97)*	0,0486 (5,18)*	0,04402 (5,35)*	0,0524 (6,74)*	0,0068 (1,37)	-0,0053 (-1,05)
FAIXA2 (18 - 30)	-0,019 (-0,90)	0,095 (3,65)*	0,0713 (4,81)*	0,016 (0,78)	0,18 (6,65)*	0,2102 (7,82)*	0,142 (5,40)*	0,04562 (2,35)**	0,06708 (3,63)*
FAIXA3 (31 - 51)	0,0838 (4,11)*	0,118 (4,82)*	0,0229 (1,78)***	0,1262 (6,66)*	0,1406 (5,54)*	0,209 (8,21)*	0,1807 (7,29)*	0,0526 (2,87)*	0,0742 (4,30)*
FAIXA4 (52 - 64)	0,1271 (5,80)*	0,0365 (1,37)	0,0358 (2,81)*	0,0484 (2,25)**	0,0608 (2,33)**	0,1609 (6,40)*	0,0363 (1,34)	0,0278 (1,37)	0,0404 (2,16)**
FAIXA5 (65 - 75)	0,0530 (2,38)**	0,0415 (1,55)	0,0191 (1,48)	0,0139 (0,64)	0,00602 (0,22)	-0,035 (-1,34)	-0,00117 (-0,04)	0,016 (0,78)	0,03808 (2,03)**
FAIXA6 (76 +)	0,042 (1,79)***	0,0713 (2,49)**	-0,0114 (-0,86)	-0,07215 (-2,92)*	-0,1585 (-5,55)*	-0,0754 (-2,75)*	-0,0875 (-2,92)*	-0,0583 (-2,51)**	0,0207 (0,99)
CHEFE - TRABALHA	-0,01917 (-1,05)	-0,0239 (-1,02)	-0,00431 (-0,40)	0,0158 (0,86)	0,052 (2,29)**	0,0688 (3,06)*	0,0686 (2,96)*	-0,0141 (-0,80)	0,083 (5,34)*
EDUC8	0,0987 (3,97)*	0,176 (6,01)*	0,0588 (3,95)*	-0,0389 (-1,54)	0,0106 (0,37)	0,0571 (2,08)**	0,063 (2,16)**	0,0598 (2,67)*	0,173 (9,13)*
EDUC11	0,0166 (0,64)	0,2572 (7,52)*	0,0565 (3,26)*	-0,0209 (-0,73)	-0,0074 (-0,23)	0,0808 (2,58)*	-0,0648 (-1,86)***	0,0117 (0,45)	0,106 (4,70)*
EDUC14	0,0532 (1,56)	0,276 (5,92)*	0,0876 (3,0)*	0,0127 (0,38)	-0,0026 (-0,06)	0,232 (5,18)*	0,137 (3,27)*	0,207 (7,68)*	0,209 (8,39)*
RM do Rio de Janeiro	0,066 (3,36)***	0,136 (5,08)*	0,0306 (2,72)*	-0,00025 (-0,01)	-0,0396 (1,58)	-0,0925 (-3,75)*	-0,0062 (-0,23)	0,1632 (7,27)*	-0,1072 (-6,12)
RMs de B. Horizonte, Porto Alegre e Recife	0,1036 (4,34)*	0,1207 (3,96)*	0,03914 (2,86)**	-0,018 (-0,73)*	0,138 (4,66)*	-0,1087 (-3,82)*	-0,0529 (-1,73)***	0,214 (8,91)*	-0,2101 (-9,31)*
RMs de Salvador, Fortaleza e Curitiba	-0,0821 (3,06)*	0,0262 (0,76)	-0,0033 (0,23)	-0,0519 (-1,84)***	0,143 (4,21)*	-0,13 (-4,07)*	-0,0242 (0,70)	0,1915 (7,17)*	-0,196 (-7,59)*
RM de Belém, Distrito Federal e Goiânia	0,0965 (2,48)**	0,0221 (0,45)	0,00512 (0,24)	-0,156 (-3,64)*	0,0812 (1,69)***	-0,134 (-2,94)*	-0,0637 (-1,30)	0,184 (5,22)*	-0,125 (-3,83)*
Teste razão verossimilhança	129,46*	485,57*	286,70*	276,15*	581,05*	778,19*	563,15*	361,82*	333,21*

Obs: Os testes Z estão entre parênteses abaixo dos efeitos marginais.

* Denota significância ao nível de 1%. ** Denota significância ao nível de 5%. *** Denota significância ao nível de 10%.

Total de observações: 2.911.

Tabela 11. Efeitos marginais da regressão de lógites para famílias sem idosos.

Variáveis	Natureza da despesa								
	Produtos Farmacêuticos	Serviços de Ass. Saúde	Pessoais	Derivados de fumo	Roupas	Comunicação e transporte	Alimentação fora do domicílio	Viagens	Lazer
Constante	-0,00552 (-0,24)	-0,588 (-21,92)*	0,0010 (0,19)	-0,218 (-9,53)*	-0,0679 (-3,62)*	0,0386 (2,46)**	-0,187 (-8,10)*	-0,548 (-25,44)*	-0,295 (-15,82)*
RENPC	0,000016 (1,64)***	0,000359 (18,77)*	0,00011 (19,76)*	0,000022 (2,29)**	0,000071 (6,41)*	0,000055 (5,13)*	0,00023 (13,96)*	0,000097 (10,61)*	0,000039 (5,44)*
TFAM	0,0199 (7,04)*	0,0163 (5,22)*	0,0066 (7,52)*	0,0138 (4,49)*	0,0199 (7,74)*	0,0135 (6,41)*	0,0198 (6,83)*	0,00248 (0,98)	0,0031 (1,27)
FAIXA2 (18 - 30)	0,013 (1,38)	0,0409 (3,52)*	0,010 (3,49)*	-0,042 (-4,07)*	0,0703 (8,06)*	0,0363 (4,89)*	0,0424 (4,06)*	0,0677 (7,10)*	0,0013 (1,52)
FAIXA3 (31 - 41)	0,012 (1,61)	0,0535 (4,35)*	-0,0012 (-0,40)	0,0618 (5,60)*	-0,00848 (-0,89)	0,0158 (1,99)**	0,0161 (1,45)	0,0209 (2,09)**	0,0384 (4,19)*
FAIXA4 (42 - 51)	0,022 (2,29)**	0,0851 (7,30)*	0,00027 (0,09)	0,0639 (6,19)*	0,0011 (1,34)	0,0339 (4,44)*	0,021 (2,04)**	0,0012 (1,27)	0,086 (10,18)*
FAIXA5 (52 - 59)	0,0433 (3,44)*	0,0934 (6,40)*	-0,0041 (-1,23)	0,0206 (1,60)	-0,0175 (-1,61)	0,056 (5,72)*	-0,0168 (-1,29)	0,057 (4,89)*	0,0782 (7,47)*
CHEFE - TRABALHA	-0,071 (-4,32)*	0,0544 (2,90)*	0,0207 (5,47)*	0,0097 (0,59)	0,0692 (5,36)*	0,0642 (6,00)*	0,0477 (2,95)*	0,0190 (1,23)	0,00863 (0,62)
EDUC8	0,064 (6,01)*	0,128 (10,08)*	0,0047 (1,67)***	0,0078 (0,70)	0,0377 (4,00)*	0,0437 (5,69)*	0,0698 (6,32)*	0,0355 (3,27)*	0,0945 (9,32)*
EDUC11	0,0729 (5,97)*	0,263 (18,35)*	0,011 (2,95)*	-0,059 (-4,56)*	0,0383 (3,52)*	0,0749 (7,96)*	0,1037 (7,90)*	0,11 (9,50)*	0,1634 (15,34)*
EDUC14	0,0778 (5,08)*	0,296 (15,92)*	-0,0025 (-0,46)	-0,1248 (-7,62)*	0,0609 (4,26)*	0,102 (7,75)*	0,1005 (5,75)*	0,167 (12,24)*	0,209 (17,15)*
RM do Rio de Janeiro	0,073 (6,75)*	0,0303 (2,21)**	-0,011 (-3,81)*	0,0345 (2,85)*	0,00422 (0,44)	-0,0641 (-7,03)*	-0,0382 (-3,23)	0,1358 (10,71)*	-0,0951 (-10,51)*
RMs de B. Horizonte, Porto Alegre e Recife	0,172 (13,38)*	0,0883 (5,84)*	0,029 (6,66)*	0,0288 (2,14)**	0,133 (11,34)*	-0,035 (-3,45)*	0,1311 (9,51)*	0,2445 (18,57)*	-0,227 (19,62)*
RMs de Salvador, Fortaleza e Curitiba	0,162 (11,25)*	0,0402 (2,38)**	0,0234 (5,09)*	-0,00757 (-0,49)	0,121 (9,20)*	-0,0575 (-5,23)*	0,1301 (8,47)*	0,259 (18,23)*	-0,2058 (-15,76)*
RM de Belém, Distrito Federal e Goiânia	0,146 (8,08)*	0,0389 (1,87)**	0,0049 (0,96)	-0,088 (-4,48)*	0,0811 (5,0)*	-0,1009 (-7,96)*	0,00476 (0,25)	0,224 (13,28)*	-0,1922 (12,05)*
Teste razão verossimilhança	331,97*	2061,66*	627,13*	315,64*	584,51*	431,71*	881,55*	1147,01*	1279,58*

Obs: Os testes Z estão entre parênteses abaixo dos efeitos marginais.

* Denota significância ao nível de 1%. ** Denota significância ao nível de 5%. *** Denota significância ao nível de 10%.

Total de observações: 12.082

6 CONCLUSÕES

O aumento da expectativa de vida e a diminuição das taxas de fecundidade proporcionam um aumento no número de pessoas idosas em praticamente todos os países. Segundo as estimativas do IBGE, em 2020, o Brasil possuirá cerca de 30 milhões de pessoas com mais de 60 anos, atingindo 13% da população. Atualmente, este número está em torno de 8,6%. Com essa nova dinâmica populacional, consequência da chamada transição demográfica, o presente trabalho deu enfoque no novo contingente de pessoas idosas que está se formando.

Sabe-se que o idoso, em função principalmente das doenças crônico-degenerativas, apresenta uma forte demanda por cuidados médicos. Também, o idoso que está aposentado pode utilizar seu tempo livre com lazer, viajar, divertir-se, dispender com comésticos e tratamentos de rejuvenescimento, ou mesmo auxiliar seus filhos e netos financeiramente²⁸. Em função dessas características, o objetivo principal é mostrar que a demanda por bens e serviços na família que possui pelo menos um idoso, e este é chefe, pode ser diferente da família sem idoso.

A análise descritiva dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/96 mostrou que a renda dos idosos é, majoritariamente, proveniente das aposentadorias, mas existe uma parcela razoável do rendimento mensal proveniente do trabalho na condição de conta-própria ou empregado. Isso mostra que os rendimentos proporcionados pela

²⁸ Em décadas passadas, o idoso tinha poucos anos de vida após a aposentadoria. Nos dias atuais, esse mesmo idoso pode ter entre 15 e 20 anos de tempo livre graças aos avanços da medicina (Over 60..., 2002).

aposentadoria ainda não são suficientes, e modificações nas políticas previdenciárias merecem muita atenção por parte dos governos.

No contexto familiar, a presença do idoso, graças a sua renda mais estável, permite uma elevação do poder de compra de toda a sua família, principalmente, aquelas que possuem filhos e netos morando juntos. A renda *per capita* média da família que possui idoso foi, em 1996, de quase 200 reais a mais com relação à família que não possui idoso de acordo com a POF.

A renda relativamente estável proveniente da aposentadoria do idoso e a sua forte demanda por cuidados de saúde alteram substancialmente toda a estrutura dos gastos familiares. A POF mostrou que mesmo os percentuais gastos com medicamentos e serviços de saúde nas famílias com idosos foram superiores aos gastos das famílias sem idosos. Portanto, reajustes freqüentes dos medicamentos diminui o padrão de vida do idoso, já que este apresenta uma demanda inelástica por esses bens e também por cuidados médicos.

Os dados da POF também mostraram a importância dos idosos no consumo de diversos outros bens e serviços através do seu dispêndio individual. Observaram-se percentuais relativamente alto para despesas pessoais, roupas, lazer, jogos e apostas. Esse fato também merece mais atenção pois corresponde a um segmento de mercado bastante específico e promissor, o qual deveria ser mais explorado pelas empresas. Por exemplo, na recente pesquisa “A empresa do futuro”, realizada pela Faculdade de Economia e Administração da USP, foram entrevistados 184 tomadores de decisão, entre empresários, gerentes e analistas. A pesquisa mostrou que a empresa do futuro deve ter o foco em nicho de mercados específicos, como o das mulheres, da terceira idade e dos jovens. Quanto ao mercado para os idosos, 67% dos participantes da pesquisa acreditam que é preciso criar produtos e serviços nas áreas de lazer, turismo e moradias, e 57% acreditam que esse nicho merece um toque diferenciado. Segundo os participantes, o alto grau de exigência do consumidor idoso exige que a empresa apresente qualidade, prioridade de atendimento e confiabilidade (Borges, 2002).

Na Europa, nas últimas duas décadas, o consumo das pessoas acima dos 50 anos cresceu três vezes mais rápido do que do resto da população. No Japão, onde se tem a maior expectativa de vida do mundo, uma empresa de telefonia japonesa, tendo como alvo a população idosa, vendeu mais de 200 mil unidades de um telefone móvel em menos de dois meses logo após o lançamento. O aparelho apresenta no seu painel botões maiores e figuras de fácil leitura (Over 60..., 2002). Um dos argumentos é que produtos com *design* para os jovens acabam excluindo os idosos, ao passo que os produtos adaptados para os idosos incluem todas as idades.

A importância do rendimento e de outras variáveis sócio-econômicas, que são determinantes para o consumo das famílias que apresentam e que não-apresentam idosos, foi captada com relativo sucesso pelo modelo econométrico adotado.

Na análise, pode-se constatar que, com o aumento da renda familiar e do número de membros da família, eleva-se consideravelmente a probabilidade de consumir os diversos agregados de consumo analisados, com exceção dos derivados de fumo para as famílias idosas.

Mostrou-se, também, que o aumento da idade eleva a probabilidade de consumir bens e serviços relacionados à saúde, conforme o esperado. Outros itens como comunicação e transporte, despesas pessoais, roupas e alimentação fora do domicílio corresponderam aos principais gastos dos indivíduos entre 20 e 50 anos. Esses gastos são perfeitamente justificáveis de pertencerem à faixa da população economicamente ativa.

Com relação ao chefe idoso e não-idoso que trabalha não se observaram grandes diferenças de consumo. Os resultados mostraram gastos típicos de pessoas que trabalham, como despesas de comunicação e transporte, alimentação fora de casa, roupas etc.. Em relação à escolaridade dos chefes, percebeu-se que quanto maior o seu grau de escolaridade, maior a probabilidade de aquisição da maioria dos agregados, com exceção dos derivados de fumo para os chefes não-idosos.

Com relação a localização geográfica foi possível constatar que o alto nível de preços da área metropolitana de São Paulo, faz com que as

famílias idosas e não-idosas tenham uma menor probabilidade de utilizar os serviços de saúde privados. Também, em função do grande grau de urbanização dessa área, observou-se que para ambos arranjos familiares, maiores são as probabilidades de dispender com comunicação e transporte em relação as outras áreas de pesquisa da POF.

Num primeiro momento, seria interessante o aprofundamento das análises sobre os gastos de bens e serviços dos principais sub-itens de consumo das famílias idosas, pois assim, seria possível melhorar significativamente as propostas de políticas públicas atualmente executadas para os idosos, bem como, identificar novos segmentos de mercados específicos (comésticos, turismo, etc.) voltados para eles. Quanto as políticas, com o aumento do contingente de idosos, e também do crescimento do número de domicílios chefiados por eles, seria útil construir um índice nacional ou regional através da montagem de uma nova cesta de consumo que pondere adequadamente os principais bens e serviços da família com velhos. Assim, poderia se ter um controle significativo sobre a influência da variação percentual dos preços na qualidade de vida da família idosa.

ANEXOS

ANEXO A - Distribuição percentual do recebimento mensal para as áreas de pesquisa da POF 1995/96.

Região metropolitana do Rio Grande do Sul

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	35,20	29,32	15,98
Aposentadoria**	62,87	64,08	70,29
Aluguel	0,69	5,45	13,36
Pensão	1,02	1,11	0,37
Auxílio***	0,21	0,05	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	39,03	3,93	1,58
Aposentadoria**	37,81	53,68	90,50
Aluguel	19,13	19,90	4,90
Pensão	3,16	22,48	3,02
Auxílio***	0,87	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana do Paraná

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	45,99	61,06	19,47
Aposentadoria**	48,83	32,46	72,33
Aluguel	4,77	6,42	8,20
Pensão	0,00	0,00	0,00
Auxílio***	0,42	0,06	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	55,28	7,80	8,74
Aposentadoria**	41,56	73,12	62,42
Aluguel	0,87	12,74	28,13
Pensão	1,18	6,34	0,58
Auxílio***	1,12	0,00	0,13
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana de São Paulo

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65- 69	70 - mais
Trabalho*	59,46	49,44	21,33
Aposentadoria**	33,92	44,83	66,45
Aluguel	4,82	5,06	11,39
Pensão	1,00	0,44	0,83
Auxílio***	0,80	0,23	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	24,32	18,27	6,66
Aposentadoria**	62,60	48,78	75,04
Aluguel	7,52	27,97	6,44
Pensão	5,56	4,99	11,62
Auxílio***	0,00	0,00	0,24
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana do Rio de Janeiro

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	54,35	52,93	20,90
Aposentadoria**	35,77	37,71	76,94
Aluguel	7,25	9,13	1,91
Pensão	2,53	0,00	0,25
Auxílio***	0,10	0,23	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	43,23	9,88	3,45
Aposentadoria**	43,44	74,90	69,80
Aluguel	7,48	3,32	7,68
Pensão	5,28	11,07	19,07
Auxílio***	0,59	0,83	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana do Belo Horizonte

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	53,69	39,41	9,29
Aposentadoria**	42,21	57,88	77,69
Aluguel	2,29	2,00	10,60
Pensão	0,71	0,56	2,40
Auxílio***	1,09	0,15	0,03
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	20,06	7,98	3,06
Aposentadoria**	64,86	68,92	87,50
Aluguel	8,92	22,41	5,98
Pensão	6,10	0,69	3,36
Auxílio***	0,07	0,00	0,10
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana da Bahia

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	57,96	17,69	15,68
Aposentadoria**	26,71	78,15	58,67
Aluguel	14,61	3,47	23,48
Pensão	0,28	0,12	2,16
Auxílio***	0,43	0,57	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	13,99	10,22	1,42
Aposentadoria**	77,29	70,71	84,62
Aluguel	0,75	17,70	9,70
Pensão	7,08	1,18	4,26
Auxílio***	0,89	0,20	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana do Ceará

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65- 69	70 - mais
Trabalho*	32,03	32,42	21,49
Aposentadoria**	62,99	57,67	71,39
Aluguel	3,73	9,03	7,12
Pensão	0,16	0,65	0,00
Auxílio***	1,09	0,23	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	14,09	7,43	1,35
Aposentadoria**	61,89	82,40	97,15
Aluguel	9,03	0,33	0,15
Pensão	14,68	9,83	1,15
Auxílio***	0,30	0,00	0,20
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

Região metropolitana de Pernambuco

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	51,72	10,99	37,26
Aposentadoria**	46,89	84,38	57,21
Aluguel	0,14	3,48	5,20
Pensão	0,62	1,01	0,30
Auxílio***	0,64	0,14	0,03
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	36,62	4,25	2,09
Aposentadoria**	45,22	79,58	91,97
Aluguel	2,98	8,60	2,66
Pensão	14,72	7,49	3,25
Auxílio***	0,46	0,08	0,03
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível.

Região metropolitana de Pará

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65- 69	70 - mais
Trabalho*	51,41	26,11	11,20
Aposentadoria**	46,77	56,66	87,72
Aluguel	1,11	17,15	0,83
Pensão	0,00	0,06	0,18
Auxílio***	0,71	0,02	0,08
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	18,30	22,18	4,85
Aposentadoria**	72,37	66,78	78,41
Aluguel	2,99	2,92	3,22
Pensão	6,03	7,83	13,53
Auxílio***	0,30	0,29	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível.

Distrito Federal

Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	30,16	48,76	9,35
Aposentadoria**	67,97	33,96	66,93
Aluguel	1,44	15,86	23,56
Pensão	0,00	0,00	0,00
Auxílio***	0,44	1,42	0,15
Total	100,00	100,00	100,00

Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	35,06	2,20	0,29
Aposentadoria**	60,71	88,92	93,14
Aluguel	1,68	6,20	6,57
Pensão	0,76	2,68	0,00
Auxílio***	1,79	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível.

Goiânia			
Homens	Faixas etárias		
	60 - 64	65- 69	70 - mais
Trabalho*	39,21	49,38	24,20
Aposentadoria**	42,67	47,36	53,19
Aluguel	16,59	3,27	21,90
Pensão	0,96	0,00	0,46
Auxílio***	0,57	0,00	0,25
Total	100,00	100,00	100,00
Mulheres	Faixas etárias		
	60 - 64	65 - 69	70 - mais
Trabalho*	20,61	9,81	0,00
Aposentadoria**	49,61	48,54	74,30
Aluguel	10,45	36,21	18,78
Pensão	19,18	5,43	6,91
Auxílio***	0,15	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE (1998)

* Empregado + empregador

** Públicas + privadas

*** Moradia, transporte e combustível

ANEXO B - Distribuição percentual segundo a movimentação financeira para as áreas de pesquisa da POF 1996/95

Região metropolitana do Rio Grande do Sul

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	14,57	25,59	59,84	100,00
	Resgate	74,54	7,02	18,43	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	39,12	26,86	34,03	100,00
	Resgate	58,30	10,65	31,06	100,00
	Total	49,08	15,19	35,73	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana do Paraná

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	40,46	1,42	58,13	100,00
	Resgate	54,18	10,06	35,77	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	81,52	5,72	66,69	153,92
	Resgate	62,72	28,44	8,81	100,00
	Total	49,34	7,52	43,14	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana de São Paulo

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	27,23	9,53	63,24	100,00
	Resgate	21,95	8,89	69,15	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	9,01	75,77	15,22	100,00
	Resgate	56,25	12,89	30,86	100,00
	Total	31,80	17,15	51,04	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana do Rio de Janeiro

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	13,62	39,86	46,49	100,00
	Resgate	37,90	24,49	37,59	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	13,21	24,81	61,97	100,00
	Resgate	43,57	20,21	36,22	100,00
	Total	19,73	34,58	45,66	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana do Belo Horizonte

Modalidade		Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	82,75	0,97	16,29	100,00
	Resgate	7,16	29,11	63,73	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	20,88	12,36	66,76	100,00
	Resgate	49,19	10,46	40,35	100,00
Total		54,91	8,37	36,72	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana da Bahia

Modalidade		Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	61,40	13,83	24,76	100,00
	Resgate	87,62	6,35	6,00	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	14,19	1,57	84,24	100,00
	Resgate	0,92	1,80	97,28	100,00
Total		55,27	7,01	37,70	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana de Pernambuco

Modalidade		Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	30,05	25,86	44,06	100,00
	Resgate	0,78	15,72	83,50	100,00
Mulher		-	-	-	-
	Aplicação	93,02	1,42	5,55	100,00
	Resgate	19,68	35,32	45,00	100,00
Total		40,94	16,81	42,24	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana do Ceará

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	0,68	1,99	97,33	100,00
	Resgate	0,79	10,03	89,17	100,00
		-	-	-	-
Mulher	Aplicação	16,89	43,30	39,80	100,00
	Resgate	3,95	73,54	22,51	100,00
	Total	3,59	27,49	68,92	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Região metropolitana de Pará

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	21,40	63,49	15,13	100,00
	Resgate	6,22	63,46	30,32	100,00
		-	-	-	-
Mulher	Aplicação	66,61	12,38	21,01	100,00
	Resgate	58,38	24,66	16,96	100,00
	Total	24,63	58,68	16,70	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Distrito Federal

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	-	98,63	1,37	100,00
	Resgate	69,21	-	30,79	100,00
		-	-	-	-
Mulher	Aplicação	26,85	-	73,15	100,00
	Resgate	19,52	80,48	18,45	100,00
	Total	17,88	59,50	23,37	100,00

Fonte: IBGE (1998)

Goiânia

	Modalidade	Faixa etária			Total
		60 - 64	65 - 69	70- mais	
Homem	Aplicação	0,04	76,66	23,30	100,00
	Resgate	7,07	86,83	6,09	100,00
		-	-	-	-
Mulher	Aplicação	15,59	13,05	71,37	100,00
	Resgate	9,53	25,30	65,17	100,00
	Total	4,03	74,33	21,63	100,00

Fonte: IBGE (1998)

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo.

<p>Produtos farmacêuticos</p>	<p>antinfecioso e antibiótico, analgésico e antitérmico, antiinflamatório, antigripal e antitussígeno, antialérgico, vasodilatador e para pressão arterial calmante estimulante, para o fígado (hepático), para os rins (renal), antiácido, fortificante, anticoncepcional e hormônio, moderador de apetite para diabetes, dermatológico, vitamina (exceto b12), quimioterápico, antidiarreico, Anticonvulsivo, Vermífugo, para gases, para colesterol, para osteoporose, para estresse, para sistema nervoso, laxante e purgativo, antireumático, depurativo sanguíneo, anti-refluxivo gástrico, pancreático, ansiolítico, antiasmático, aminoácido, vitamina b12, soro fisiológico hidratante, remédio para varizes, vacina antitetânica, material de curativo, chupeta ou bico, mamadeira, seringa, termômetro, vaselina, solução de lente de contacto, xampu medicinal, corega, cotonetes, mordedor de bebe, sabonete medicinal, teste de gravidez, cânfora, utensílio para coletar fezes e urina, bolsa de água quente, enxofre, aplicação de injeção, garrote de borracha, bomba de tirar leite humano, protetor de seio, creme dental medicinal, preservativo masculino, colírio, amônia, iodo, salicilato (para massagem), gel redutor de gordura, ducha de borracha (produto farmacêutico), nenê dente (medicamento para gengiva), óleo para assadura, líquido para contraste (exame), manteiga de cacau,</p>
<p>Serviços de assistência a saúde</p>	<p>consulta médica, curandeiro e curioso, prótese e aparelho dentário (dent, etc.), tratamento dentário (extração, jaquet, etc.), profissionais de saúde (obstetra, etc.), hospitalização, eletrodiagnóstico, exame de laboratório, radiografia, cauterização, curat, e outros trat, ambult,, armação de óculos, artigos ortopédicos e outros art, médicos, aluguel de aparelhos médicos, seguro saúde, outros trat, (psic, fisiot, massagem, etc.), enfermeira, conser, e reparo de artigo e apare, medico, acompanhante de quarto hospitalar, ambulância (remoção), raio laser (aplicação), exames em postos ou profiss, Volantes, sangue humano, fotografia relativa a cirurgia, mensalidade de clínica, plano de saúde, lente de óculos (de grau), lente de contato, oxigênio (despesa com saúde), exame preventivo de câncer, plano odontológico, exame ergométrico, exame audiométrico, lente intraocular,</p>

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

Despesas Pessoais	Artigos de toucador	escova de cabelo e pente, perfume, talco, artigos de maquiagem, creme de pele bronzeador, esmalte, base, acet., lixa, pau de laranj, grampo, pregador, bob, touca, escova de cabelo, alicate, tesourinha de unha, cort, de unha, peruca, produtos de limpeza de pele, espelho de bolso, porta maquiagem, cera depilatória, estojo (talco, sabonete, perfume, etc), purpurina, estojo de manicuro, estojo (espelho, escova, pente), desodorante para os pés, aparelho de barbear (exc, descartável), estojo (apar, de barbear, saboneteira, pente), esponja de talco, máquina de cortar cabelo,
	Serviços pessoais	Barbeiro, cabeleireiro, manicuro e pedicuro, sapateiro, tinturaria e lavanderia, limpeza de pele, engraxate, depilação, esteticista, amolagem de faca, tesoura, alicate, etc., maquiagem, massagem e sauna, relojoeiro, joalheiro, conserto de sombrinha, conserto de óculos, costureira, conserto de máquina fotográfica, flash, pintura em camisa, cons, brinq, e equip, esport, (excet, caça), cons, de equip, de caça (arma de fogo, etc), conserto de walkman, chaveiro (cópia de chave), cons, de equip, de pesca (tarraf, moli, etc), vidraceiro, conserto de caneta, lapiseira, conserto de barbeador elétrico, grav, de nome de obj, pessoais (caneta etc.), conserto de calculadora, conserto de alto-falante, conserto de violão, emoldurador de quadro, conserto de piano, alfaiate, bordadeira, cerzideira, fotógrafo (exceto de cerimônia familiares, encardenação, conserto de lanterna, tatuagem,
	Artigos de papelaria, livros não-didáticos e assinatura de periódicos	Caderno, lápis, borracha, caneta, etc., outros artigos de papelaria, livro não didático, assinat, de periód, informat, (jornal, etc.), fotocópia, álbum de fotograf, (exc, de cerimônia faml), pasta plástica (exceto escolar), massa de modelar, fichário de cartas, pasta suspensa, prancheta, transparência,

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

<p>Bolsas, calçados e cintos</p>	<p>bolsa e carteira de homem, bolsa e carteira de mulher, frasqueira, valise, mala, sandália./criança (exceto/borracha ou plast.), sand./homem (exceto/borracha ou plast.), sand./mulher (exceto/borracha ou plast.), sand./borracha de criança, homem, mulher, sand./sapato de plástico de criança, sand./sapato de plástico de mulher, sanp./bota de criança(exceto de plástico, sapato e bota de homem, sapato e bota de mulher (exc.de plast.), tênis de criança, tênis de homem e mulher, cinto de homem, cinto de mulher</p> <p>chinelo, tamanco, cinto de criança, suspensório, bolsa de criança, sapatinho de bebe (exceto de lã), mochila (exceto escolar), alpargata de homem, alpargata de mulher, alpargata de criança, aluguel de bolsa, calçado, cinto, etc., sapatilha, sandália e sapato de plástico de homem, galocha de criança, homem e mulher, bota de plástico de criança, porta-níqueis, sacola de bebe, sacola de viagem, carrinho de carregar mala, valise, etc.,</p>
<p>Despesas Pessoais</p> <p>Outras despesas,</p> <p>Brinquedos e material de recreação</p>	<p>Bijuteria, cachimbo, óculos sem grau/lentes de óculos s/grau, transporte de mercadorias, aluguel de caixa forte e cofre, máscara de carnaval, adesivo plástico ou panfleto, moeda, selo (hobby), bateria/relóg., briq., aparelho aud, etc., parafina, cigarreira, chaveiro, bomba e guia ou porongo de chimarrão, plastificação de documento, pinc., tinta e verniz p/pint, de tela, vas, Porta óculos, baby bag, monóculo, aluguel de assento, cavalete de pintura de tela, máscara protetora(proteção profissional), pedra de amolar, limpador de cachimbo, bolsa de cachimbo, desmagnetizador de fita de videocassete, flâmula, canivete, isqueiro descartável, isqueiro não descartável(de uso pessoal),</p> <p>bola de criança, equipamentos esportivos(bola, rede, etc.), boneca, brinquedos e jogos de adultos e crianças, patins, skates, velocípedes, barraca de praia, arma de fogo e munição (exceto de caça), material de caça e pesca, porte de arma, registro de arma, cadeira de praia, cela de cavalo (recreação), bicicleta de ginástica, porta-patins, esteira de ginástica, minigame e agenda eletrônica infantil, kit carnavalesco, licença de caça e pesca, remo seco (aparelho de ginástica), software de jogo, estepe (aparelho de ginástica),</p>
<p>Jóias</p>	<p>jóias (aliança, anel, cordão, etc.), relógio de pulso de criança, relógio de pulso de homem, relógio de pulso de mulher, caneta relógio, caneta de ouro ou prata, isqueiro de ouro, prata ou similar, relógio de bolso, barra de ouro, cartão de prata, relógio de dedo</p>

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

Despesas com Roupas	Roupas de homem	Agasalho (casaco,suéter,etc) (homem), bermuda,calção,short e sunga(homem) calça comprida (homem), camisa (homem), camiseta (homem), conjunto esportivo (homem), cueca (homem), gravata (homem), lenço (homem), macacão (homem), meias (homem), paletó e blazer (homem), pijama e robe (homem), terno (homem), colete (homem), gorro (homem), luva de couro,malha tecido (homem), aluguel de roupa (homem), fardamento,militar (homem), capa de chuva (homem), slack (homem), camisa (uniforme de esporte) (homem), calção (uniforme de esporte) (homem), meião (uniforme de esporte) (homem), fantasia (homem), macacão de motoqueiro (homem), conjunto de calça e camisa (homem), conjunto de short e camisa (homem), smoking (homem), quimono (homem), conjunto de calça e jaqueta (homem), uniforme de trabalho (homem), faixa de smoking (homem), guarda-chuva (homem), chapéu (homem), boné e viseira (homem), bata (homem),
	Roupas de mulher	agasalho (casaco,suéter,etc), bermuda e short, blusa, calça comprida, calcinha e sutiã, camiseta e collant, camisola,pijama e robe, conjunto esportivo, lenço de cabeça, macacão, maiô e biquíni, meias, saia, vestido, lencinho, luva de couro, malha, tecido, combinação, gorro, aluguel de roupa, cinta, saída de praia, poncho de lã, capa de chuva, slack, vestimenta/noiva (vest.,grinalda), camisa (uniforme de esporte), calção (uniforme de esporte), meião (uniforme de esporte), fantasia, bustie, macacão de motoqueiro, polainas, conjunto de saia e blusa, conjunto de short e blusa, blazer, conjunto de saia e blazer, terno ou terninho, macaquito, conjunto de calça e blusa, lenço de pescoço, calça plástica, uniforme de trabalho, colete, conjunto de calça e jaqueta, conjunto de saia e jaqueta, quimono, gravata, calça de capoeira (abada), saia calça, chapéu, boné e viseira,

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

<p>Despesas com Roupas</p>	<p>Roupas de criança até 14 anos</p>	<p>agasalho (casaco,sueter,etc), bermuda e short, blusa ou camisa, calça comprida, calção, sunga, maio, biquini, tanga, calcinha e sutiã, camiseta e collant, camisola, pijama e robe, conjunto esportivo, cueca, fralda descartável, macacão, meias, paletó, blazer e terno, saia, vestido, outras roupas de bebe, lenço, anágua, combinação gorro saia de praia, luva de couro, malha, tecido conjunto/short e blusa ou camisa, capa de chuva, aluguel de roupa, lenço de cabeça, camisa (uniforme de esporte), calção (uniforme de esporte), meião (uniforme de esporte), fantasia, bustie, conjunto de saia/blusa ou camisa,conjunto/calça e blusa ou camisa, quimono, conjunto de calça e jaqueta poncho, macaquito, gravata, polainas, colete, grinalda, slack, conjunto de saia e jaqueta, enfeite de cabelo, guarda-chuva e sombrinha, boné e viseira, enxoval de bebe, chapéu, uniforme de bale, uniforme para coral de igreja,</p>
<p>Despesas com Lazer</p>	<p>Leitura</p> <hr/> <p>Diversões e esportes</p>	<p>Jornal, revista infantil, outras revistas, álbum e figurinhas, folheto</p> <hr/> <p>Cinema, teatro, futebol, voleibol, basquetebol etc, clube (mensalidade e taxa), disco de vinil, filme e flash descartável, revelação e cópia, aluguel de fita de videocassete, fita de videocassete gravada, show, parque de diversões jardim zoológico, museu, jogos eletrônicos (ficha), locação de charrete (passeio), aluguel de quadra e campo, exposição (ingresso), circo, boite, danceteria e discoteca, sinuca,totó e boliche, fogos e artefatos juninos, motel aluguel de clube,teatro,etc,para show, prostituta, piquenique (taxa), taxa de salto (para-quedismo), planetário, hidrelétrica, piscina em parque,reserva,etc, rinha (ingresso), rodeio (ingresso), carregador de tacos de golfe, seresta, aluguel/brinquedo elétrico ou eletrônico, disco laser, fita de vídeo game, aluguel de fita de vídeo game, fita cassete gravada, fita cassete virgem, fita de videocassete virgem, aluguel de compact disc,, cd room (disco), disquete para computador, pista de patinação (ingresso), hotel (ingresso), pesquepague, fita de impressora para computador, título de turismo (mensalidade), alug, brinq, não elétrico/não eletrônico,</p>

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

Jogos e apostas	loteria esportiva, loteria federal e estadual, loto, jogo do bicho, corrida de cavalos, briga de galos, jogo de cartas, outros jogos e apostas, rifa, bingo, sena, telesena, raspadinha, papatudo, quina, Correio (carta, selo, etc.), telefone público
Comunicação	ônibus urbano, trem, táxi, metrô, barca, álcool (combustível de veículo) gasolina, estacionamento, pedágio, integração ônibus metrô, integração trem metrô, estacionamento metrô, óleo diesel, bonde, bondinho plano inclinado, integração trem ônibus, querosene (combustível de veículo)
Transportes	gás, ônibus intermunicipal, ônibus interestadual, aerobarco, transporte alternativo, ferryboat, banheiro público, moto-taxi,
Alimentação fora de casa	almoço e jantar (refeição), leite, café com leite, pão, pão com manteiga, sanduíche e salgadinho, cafezinho, refrigerante e água mineral, vitamina, suco e refresco/frutas ou vegetal, bala, chiclete, doce, sorvete, chocolate etc., aguardente, cerveja, outras bebidas alcoólicas, chopp, iogurte, fruta, salada de frutas, espiga de milho assada ou cozida, tacacá, biscoito doce ou salgado, tapioca (beiju), açai (emulsão), caldo (carne, feijão, mocotó, etc.), chá preparado, tubérculos, tomate, mingau, cuscuz, canjica, yakult, coalhada, pamonha, taffman e, água comum (saco), água doce, farinha láctea, gemada, mamy (leite de soja com sabor líquido), lanche, abara, toddynho, milk shake,
Fumo	Cigarro, charuto, cigarrilha, fumo desfiado, fósforos (fumante), piteira, fluido de isqueiro, gás de isqueiro, pedra de isqueiro, fumo de rolo, rapé, cigarro de palha, palha de cigarro, maconha, cocaína,
Viagens	despesas com viagens, ônibus urbano (viagem), trem, avião, navio, combustível de veículo, alimentação, hospedagem, excursão (exceto escolar), garagem, aluguel de veículo, taxi, barco, pedágio, metro, caminhão, automóvel utilitário, colônia de férias, taxa alfandegária, guarda volumes, ônibus intermunicipal, ônibus internacional, ônibus interestadual, ferryboat, carregador de bagagem,

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

<p>Artigos de armarinho, tecidos e roupas de banho, cama e mesa</p>	<p>Tecidos, roupa de banho (toalhas de banho e rosto), roupa de cama(lençol,fronha,cobertor,etc.), roupa de mesa de tecido(toalha,pano,etc.), roupa/mesa de plástico (toalha,etc.), leque, tinta de tecido, acortinado (cortinado), enchimento de almofada, travesseiro,etc., revestimento de tábua de passar roupa, avental, luva, etc, p/serviços domésticos, ombreira, plástico lençol descartável, punho de rede, napa, couro, protetor de colchão, tinta de calçado, pé de coelho, travesseiro, enxoval (roupas de cama,mesa,banho), espuma de colchão, prendedor de chupeta,</p>
<p>Despesas com o Lar</p> <p>Utensílios, avulsos e artigos de banheiro</p>	<p>copo de vidro, travessa de vidro ou louça, xícara, outros utensílios de vidro ou louça, frigideira, leiteira, panela,etc., talheres (faca,garfo,colher), outros utensílios de metal, utensílios de plástico, garrafa térmica, vela de filtro, capacho, utensílios de madeira, capa de liquid,,enceradeira,etc., coador de tecido, bujão de gás (vazio), utensílios de barro, utensílios de acrílico, prato de esmalte, utensílios de isopor, passadeira, utensílios de borracha, cesto para roupa, aparelho de cortar verdura, fruteira (inox), utensílios de fibra vegetal, bandeja (inox), porta-toalha de tecido, conjunto de tecido de banheiro, sapateira, taça de sorvete, protetor de porta, capa de sofá, jarra de cristal, copo de cristal, lancheira (exceto escolar), camisa de lampião a gás portabolo de porcelana, extensão de ferro elétrico(específico), suporte para garrafão d'água, varal (de apartamento), registro de fogão, taça de cristal, pes para geladeira (metal,louça etc.), conj,de garfos,facas,excumad, e conchas, borracha de painelas de pressão, capa de som,vídeo,</p>

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

Educação	<p>despesas com educação, curso pré-escolar livro e rev,tec, outros livros didáticos, transporte escolar, uniforme escolar, creche, locação de alojamento estudantil, carne de formatura, berçário, exclusão escolar, taxa de congresso,seminário,etc,(educ.), associação de pais e mestres (apm), pasta escolar, merendeira escolar, mochila escolar, pós-graduação (mestrado), creche(domicílio particular), colônia de férias (educação), instrumentos e aparelhos de cursos edu., alimentação escolar, biblioteca (mensalidade, multa, etc),, grêmio estudantil, mapa escolar, tradutor, curso regular de primeiro grau, curso regular de segundo grau, curso regular de terceiro grau ginástica, datilografia, baile, ioga, música, informática, outros cursos pós-graduação (doutorado), taxa de inscrição de vestibular, natação, curso de idioma(exceto línguafone), aluguel de livro de primeiro grau, taxa de inscrição para curso de mecânica em refrigeração, software de curso, curso de primeiros socorros, curso para excepcional curso supletivo, aula particular, curso em disco ou fita (linguafone), taxas escolares, assinatura de periódico técnico, livro esc,de primeiro e segundo graus</p>
Outros imóveis	<p>despesas com outros imóveis, aquis,imóvel a vista ou a prazo, aluguel imóvel (contr,de loc.,dep,,etc.), aluguel de garagem (outros imóveis), condomínio (outros imóveis), imposto predial (outros imóveis), seg,contra roubo incêndio(outros imóveis, energia elétrica,gás encanado/bujão etc., taxas(incêndio,lixo,etc.), aquisição de sepultura, aquisição/título de clube, imposto territorial rural, aluguel/terreno p/sepult,, mudança, spu(serv,de patrimônio da união), valor do imóvel adquirido em primeira loc., valor do imóvel adquirido,em usado(out,imov),</p>

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

Outras despesas	Acessórios e manutenção de veículos,	Lavagem e lubrificação, óleo lubrificante(complem,ou troca), peça elétrica ou mecânica de veículo, câmara e pneu, mão-de-obra de conserto de veículo, conserto de veículo(peça+mãodeobra), bateria de veículo, outras peças e acessórios(retr,ta,bu,etc.), rádio (veículo), toca-fita (veículo), ar condicionado (veículo), aditivo (veículo), reboque, estopa, xampu (veículo) Limpa para-brisa, pintura (material+mão-de-obra) (veículo), cera, capacete de motoqueiro, tinta (veículo), carga de bateria, gás de ar condicionado (veículo), lixa de ferro (veículo), televisão (veículo), carroceria de camioneta solvente (veículo), motor de automóvel, motor de lancha, amplificador (veículo), massa de lanternagem, estofamento de veículo, fluido de freio, motor de motocicleta, cd player para veículo, conserto de amplificador de som(veículo),
	Serviços de cartório e profissionais liberais	Cartório, advogado, despachante, desenhista, decorador, contador, órgãos públicos (taxas), engenheiro, corretor, datilógrafo, topógrafo, imobiliária (comissão), fiscalização de obra (prefeitura), batistério, anuncio classificado tradutor juramentado, defesa do consumidor, avaliador de imóvel,
	Cerimônias familiares e práticas religiosas	Casamento, outras cerimônias religiosas, funeral e artigos religiosos, cartomante, fotografia de cerimônias(fotóg.prof.), aniversário (festa), baile (festa), outras festas ou recepções, filmagem de cerimônia, jogo de búzios (pratica religiosa),

ANEXO C - Discriminação dos itens referentes ao questionário 4 da Pesquisa de Orçamento Familiar 1995-1996 para cada agregado de consumo (continuação).

<p>Outras despesas</p>	<p>Contribuições, transferências e encargos financeiro</p>	<p>conselho e associação de classe, doações (igreja, orfanato, museu etc.), caixa escolar (contribuição), mesada/pres, em dinheiro dados p/outra uc, pensão alimentícia, previdência privada aberta ou fechada, seguro de acidentes pessoais, seguro de vida, anuidade de cartão de crédito, juros de cheque espec, e cartão de créd., juros e seguro de empréstimo, pagamento de empréstimo, seguro educação, carne de mercadorias, talão de cheques, spc (taxas), prev, pub, (fed, iapas, est, munic., militar), indenização a terceiros, pecúlio domiciliar, esmola, pax dominni (auxílio funeral), maçonaria, caixinha entre associados (func, amig, etc), pensão (pensionista), contribuição p/outras associações, pagamento de título protestado, alistamento militar (multa), seguro de bens moveis (exec, veic.), taxa de manutenção de armas, dinheiro roubado, justiça do trabalho, extrato bancário, cadastro bancário, transf, interbancária (taxa), catão especial (taxa), imposto sobre cheques (ipmf), complementação do imposto de renda, imposto sindical (anual), gorjeta, taxa de inscrição p/concurso (emprego), título de capitalização (aquisição), contribuição p/partido político, alimentação subsidiada, transporte subsidiado, imposto s/serviços (iss) (eventual), auxílio-educação (desconto), taxa de saque eletrônico,</p>
	<p>Documentação, seguro e outros gastos com veículos,</p>	<p>despesas com documentação, seguro e out., emplacamento, multa, seguro obrigatório, imposto sobre propriedade de veíc, autom., assistência automobilística, seguro voluntário de veículo, vaga cativa de estacionamento aluguel de veículo, aluguel de veículo aluguel de veículo, transferência de consórcio de veículo, propina, leasing de automóvel,</p>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANUARIO ESTADÍSTICO DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1996. 771p.
- AZZONI, C.R.; CARMO, H.E. do.; MENEZES, T. Índice de custo de vida comparativo para as principais regiões metropolitanas brasileiras: 1981-1999. **Estudos Econômicos**. v.30, n.1, 2000. p.165-186.
- BARROS, R.P.; MENDONÇA, R.; SANTOS, D. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, dez.1999. (Texto para discussão, 686)
- BELTRÃO, K.I.; OLIVEIRA, F.E.B de. O idoso e a previdência social. In: CAMARANO, A.A. (org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.307-318.
- BERTASSO, B.F. O consumo alimentar em regiões metropolitanas brasileiras. Piracicaba, 2001. 100p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- BLOOM, D.E.; CANNING, D.; SEVILLA, J. **Economic growth and the demographic transition**. New York, 2001. (NBER Working Paper Series, w8685). <http://papers.nber.org/papers/W8685.pdf> (17 June 2001)
- BORGES, R. Como será o amanhã?. **O Valor Econômico. Suplemento Eu&**, São Paulo, 16 ago. 2002. p.10-13.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1994. 180p.

- CAMARANO, A.A. Considerações finais. In: **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.369-382.
- CAMARANO, A.A.; MÉDICI, A.C.; OLIVEIRA, F.; BELTRÃO, K.I. Aposentadoria e esperança de vida. **Conjuntura Econômica**, v.45, p.41-44. 1991.
- CAMARANO, A.A.; BELTRÃO, K.I.; PASCOS, A.R.P.; MEDEIROS, M.; CARNEIRO, I.G.; GOLDANI, A.M.; VASCONCELOS, A.M.N.; CHAGAS, A.M.R.; OSÓRIO, R.G. **Como vai o idoso brasileiro?** Rio de Janeiro: IPEA, dez. 1999 (Texto para discussão, 681).
- CAMARANO, A.A.; EL GHAOURI, S.C. Idosos brasileiros: que dependência é essa? In: CAMARANO, A.A. (org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.281-304.
- CAMARANO, A.A.; MEDEIROS, M. Introdução In: **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.1-15.
- CAMARANO, A.A.; PASCOS, A.R.P. Idosos brasileiros: diferentes regionalmente? (compact disc). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Caxambu, 2000. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000.
- CARRERA-FERNADEZ, J.; MENEZES, W.F. Impactos da previdência social sobre as decisões de investimento em capital humano e a entrada e saída precoce da força de trabalho: uma abordagem a partir da RMS. (compact disc). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., Campinas, 2000. **Anais**. Campinas: ANPEC, 2000.
- CHARÃO, C.; ARRUDA, R. Envelhecimento é desafio para o interior de SP. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 20 fev. 2000. p.A-17.
- CRISTINO, V. Alta despesa com inativos impede reajuste aos funcionários públicos. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4 jun. 2000. p.A-4.

- DELGADO, G.C.; CARDOSO, J.C. **O idoso e a previdência rural no Brasil**: a experiência recente da universalização. Rio de Janeiro: IPEA, dez.1999. (Texto para discussão, 688)
- DIAMOND, P.A. Proposals to restructure social security. **Journal of Economic Perspectives**, v.10, n.3, p.67-88, Summer 1996.
- DORNBUSCH, R.; FISCHER, S. **Macroeconomia**. 2.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1991. 930p.
- EHRlich, I.; CHUMA, H. A model of the demand for longevity and the value of life extension. **Journal of Political Economy**, v.98, n.4, p.761-782, Aug. 1990.
- FAVA, V.L. Estrutura de dispêndio e custo de vida: algumas comparações espaciais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 3., Vitória, 1982. **Anais**. v.1. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1982/t82v1a031.pdf> (25 maio 2002)
- FUCHS, V.R. **Provide, provide**: the economics of aging. New York, 1998. p.19 (NBER Working paper series, w6642) <http://www.nber.org/papers/w6642> (01 Oct. 2001)
- FUCHS, V.R. **The financial problems of the elderly**: a holistic approach. (NBER Working Paper Series, w8236). April 2001. p.20. <http://www.nber.org/papers/w8236> (01 Oct. 2001)
- GREENE, W. **Econometric analysis**. 3.ed. New Jersey: Prentice Hall, 1997.
- GUIDUGLI, O.S. Mapa do envelhecimento demográfico no estado de São Paulo. (compact disc) In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., Caxambu, 2000. **Anais**: Caxambu: ABEP, 2000.

- HURD, M.D. Research on the elderly: economic status. retirement. and consumption and saving. **Journal of Economic Literature**, v.28, n.2, p.565-637, June 1990.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **MAPS**: modelo demográfico-atuarial, de projeções e simulações - Brasil. (software versão 4.1), 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/1996**. Rio de Janeiro, 1996. v.1.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Microdados da pesquisa de orçamentos familiares 1995/96** (compact disc). Rio de Janeiro: IBGE, 1998.
- MARANGONE CAMARGO, A.B. Os idosos da região metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., Olinda, 1988. **Anais**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1988/t88v01a17.pdf> (25 maio 2002)
- McGARRY, K.; SCHOENI, R.F. **Social security, economic growth, and the rise in independence of elderly widows in the 20TH century**. Apr.1998. p.26. (NBER Working Paper Series, w6511). <http://www.nber.org/papers/w6511> (01 Oct. 2001)
- MELO, A.V. As relações familiares frente aos seus idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, Caxambu, 1990. **Anais**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/t90v01a14.pdf> (25 maio 2002)
- MOREIRA, M.M.; CARVALHO, J.A.M. Envelhecimento da população e aposentadoria por idade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Brasília, 1992. **Anais**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/t92v02a14.pdf> (25 maio 2002)

- MOREIRA, M.M. Determinantes demográficos do envelhecimento brasileiro. (compact disc). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Caxambu, 2000. **Anais**. Caxambu: ABEP, 2000.
- NERI, M.; CARVALHO, K.; NASCIMENTO, M. **Ciclo de vida e motivações financeiras (com atenção especial aos idosos brasileiros)**. Rio de Janeiro: IPEA, dez.1999. (Texto para discussão, 691)
- NERI, M.; NASCIMENTO, M.; PINTO, A. **O acesso ao capital dos idosos brasileiros**: uma perspectiva do ciclo de vida. Rio de Janeiro: IPEA, dez.1999a. (Texto para discussão, 685)
- O PODER grisalho. **Veja**, v.34, n.19, p.158, 16 maio 2001.
- OCKÉ REIS, C.O. O gasto dos idosos em saúde: sinal dos tempos. **Como vai**: população brasileira, v. 5, n.1, p.41-50. mar.2000.
- OLIVEIRA, L.A.P. de.; FÉLIX C. A dinâmica demográfica recente: níveis, tendências e diferenciais. **Indicadores sociais**: uma análise da década de 1980. Rio de Janeiro: IBGE, Diretoria de Pesquisas, 1995. p.25-41.
- ORNÉLAS, W. O novo modelo previdenciário brasileiro: uma fase de transição. **Conjuntura Social**, v.10, n.2, p.7-26, abr./mai./jun. 1999.
- OVER 60 and overlooked. **The Economist**, v.364, n.8285, 10 Aug. 2002.
- PRATA, L.E. As condições de vida dos idosos paulistas nos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Caxambu, 1990. **Anais**. <http://www.abep.org.br> (25 maio 2002)
- ROCHA, S. A estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.25, n.2, p.297-322, ago.1995.

- SAAD, P. O envelhecimento populacional e seus reflexos na área de saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Caxambu, 1990. Caxambu. **Anais**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/t90v03a13.pdf> (25 maio 2002)
- SANTINI, R.E. O perfil do idoso na sua unidade doméstica: o caso Viçosa – MG. Viçosa, 2000. 173p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa.
- SCHOR, A; AFONSO, L.E. Oferta de trabalho dos indivíduos com idade superior a 50 anos: algumas características da década de 90 (compact disc) In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 19., Salvador, 2001. **Anais**. Salvador: ANPEC, 2001.
- SCHULTHESS, W. E. A iniciativa de Estocolmo: análise do processo de reforma na América Latina. **Conjuntura Social**, v.10, n.1, p.99-114, jan./fev./mar. 1999.
- SCORZAFAVE, L.G.; MENEZES-FILHO, N.A. A evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro (compact disc) In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 18., Campinas, 2000. **Anais**. Campinas: ANPEC, 2000.
- SILVA, M.L.L. **Previdência Social, um direito conquistado**: resgate histórico. quadro atual e propostas de mudanças. 2.ed. Brasília, 1997. 287p.
- STEPHANES, R. **Reforma da previdência**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 244p.
- THE ECONOMICS status of the elderly in the United States. **Population and Development Review**, v.11, n.2, p.363-375, June 1985.
- THOMPSON, L. **Mais velha e mais sábia**: a economia das aposentadorias públicas. 178p. <http://www.mpas.gov.br/07.htm> (05.Jan.2000)

- TSAKLOGLOU, P. Elderly and non-elderly in the European Union: a comparison of living standards. **The Review of Income and Wealth**, v.42, n.3, p.271- 292, Sept. 1996.
- UNITED NATIONS. Economic and Social Council. **Commission for social development**: acting as preparatory committee for the second world assembly on ageing first session, 26 Feb. - 2 Mar. 2001. <http://www.un.org/ageing/ecn52001pc2e.pdf> (01.Set.2002)
- VALERY, F.D.; PAIVA, A.L.G. de. Na selva de pedra, o balanço da rede: uma reflexão sobre as condições de vida, saúde e moradia dos idosos no meio urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambú. **Anais**. Belo Horizonte: ABEP, 1994. v.1, p.333-346.
- VILANOVA, W. **Matemática atuarial**. 2.ed. São Paulo: Pioneira, 1969. 250p.
- WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A.M.H.C. de.; OLIVEIRA, E.L. de. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, A.A. (org.). **Muito além dos 60**: os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p.181-220.
- WOOD, C.H.; CARVALHO, J.A.M de. **A demografia da desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. 330p.
- YAZAKI, L.M. O idoso e a família em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., Caxambu, 1990. **Anais**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1990/t90v01a15.pdf> (25 maio 2002)
- YAZAKI, L.M. Arranjos familiares e a presença da mulher no apoio aos idosos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8. Brasília, 1992. **Anais**. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/t92v02a13.pdf> (25 maio 2002)